



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS: LÍNGUA  
PORTUGUESA/LIBRAS/LÍNGUA INGLESA**

**WELINGTON RIBEIRO DE SOUZA**

**LÍNGUA, DISCURSO, IDEOLOGIA:  
O SUJEITO SURDO NO SIMBÓLICO – ONDE ESTÃO OS  
SENTIDOS?**

Amargosa-Ba  
2018

**WELINGTON RIBEIRO DE SOUZA**

**LÍNGUA, DISCURSO, IDEOLOGIA:  
O SUJEITO SURDO NO SIMBÓLICO – ONDE ESTÃO OS  
SENTIDOS?**

Monografia apresentada como requisito parcial para  
obtenção de título de Licenciado em Letras com  
habilitação em Língua Portuguesa e Libras pela  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. Adielson Ramos de Cristo

Amargosa-Ba  
2018

**WELINGTON RIBEIRO DE SOUZA**

**LÍNGUA, DISCURSO, IDEOLOGIA:  
O SUJEITO SURDO NO SIMBÓLICO – ONDE ESTÃO OS SENTIDOS?**

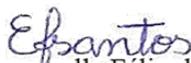
Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Graduado ao curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e em Libras, Centro de Formação de Professores, Universidade Federal da Bahia.

Aprovada 03 de abril de 2018.

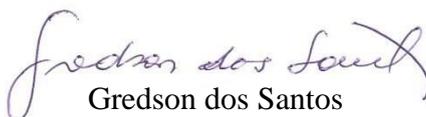
**Banca examinadora**



Adielson Ramos de Cristo (Orientador)  
Doutor em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Emmanuelle Félix dos Santos  
Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Gredson dos Santos  
Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

*“Ele é normal sim, só não pode ouvir”*

*... e o seu nome é Jonas*

*Jenny Coreli*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois me sustentou durante toda minha caminhada acadêmica, instruindo-me, através da fé, a como lidar com os percalços encontrados no trajeto. A Ele rendo graças.

À minha família pelo incentivo aos estudos, pois, mesmo não compreendendo a complexidade das demandas da academia, sempre proferiu palavras que serviram como “injeções de ânimo” que me ajudaram a prosseguir.

Aos professores que ao longo do curso compartilharam conhecimentos que colaboraram para minha formação docente.

Ao “DisSocie – Laboratório de Estudos sobre o Discurso e a Sociedade”, que possibilitou ampliar os meus conhecimentos acerca da AD.

À Marilza Maia, amiga do DisSocie, que se tornou muito especial para mim.

À minha colega e amiga Cledinara Bispo, pois acompanhou todo meu percurso acadêmico: momentos bons e ruins.

Por fim, não menos importante, agradeço ao meu orientador Adielson Ramos de Cristo, pois suas contribuições foram fundamentais para elaboração da pesquisa. As suas discussões e inquietudes me ensinaram a ser mais questionador e me incentivaram à problematização. Sem suas orientações a execução deste trabalho não seria possível.

Muito obrigado a todos (as)!

## RESUMO

Pensar no contexto histórico dos surdos denota sofrimentos, preconceitos, imposições, proibições, dentre outras mazelas sociais. A diferença intrínseca nos sujeitos surdos, bem como o modo de comunicação usando o corpo, ocasionou à sociedade ouvinte uma ruptura dos padrões de comunicação estabelecidos. Isso acarretou a produção de uma gama de sentidos pejorativos a respeito dos surdos. Contemporaneamente, muitos dos sentidos atribuídos à surdez em tempos passados ainda preponderam, às vezes camuflados, em discursos promovidos em diferentes esferas da sociedade. Diante disso, a presente pesquisa propõe uma análise discursiva do filme americano ... *e o seu nome é Jonas* (1979), com o objetivo de compreender como se dá a constituição dos sentidos de surdo, surdez e língua de sinais na referida obra audiovisual. Empregaram-se conceitos da Análise de Discurso filiada aos pressupostos de Michel Pêcheux (1975) com o objetivo de identificar e analisar os discursos materializados no filme, pondo em confronto, para isso, a relação entre língua, discurso e ideologia no processo de constituição dos sentidos. Utilizou-se, ainda, o estudo de Eni Orlandi (2007) sobre o silêncio, o que também permitiu não apenas o confronto com os sentidos de silêncio relacionado à surdez, mas também a compreensão dos sentidos silenciados pelo discurso hegemônico sobre a surdez, qual seja, o discurso ouvintista.

**Palavras-chave:** Discurso. Sentidos. Surdez.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>07</b>
<b>2. LÍNGUA, SUJEITO E DISCURSO: UMA PERSPECTIVA PARA COMPREENSÃO DOS SENTIDOS .....</b>	<b>14</b>
<b>3. LÍNGUA, CULTURA, IDENTIDADE: A PROPÓSITO DE UMA REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>25</b>
<b>4. OUVINDO O SILÊNCIO: SENTIDOS PARA O SURDO, A SURDEZ E A LÍNGUA DE SINAIS EM ... E O SEU NOME É JONAS .....</b>	<b>46</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>73</b>
<b>APÊNDICE: FILMES AMERICANOS SOBRE SURDEZ, SURDO E LÍNGUA DE SINAIS .....</b>	<b>76</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O ser humano tem a linguagem como recurso que o possibilita expressar seus sentimentos, explicar algo, convencer o outro, argumentar a favor de uma ideologia adotada, comunicar-se. Em meio à sociedade, a todo o momento, existem coisas a serem interpretadas as quais significam de múltiplas maneiras. São múltiplas as maneiras, porque também são variadas as formas de relação que se pode estabelecer entre língua, sujeito e ideologia. Assim, nesta pesquisa, assumimos a posição da Análise de Discurso (AD), área de conhecimento segundo a qual os sentidos se constituem sempre “em relação à” e que compreende, conforme Orlandi (2013), que os sentidos não são independentes, mas são determinados pelas posições ideológicas que ocupam os sujeitos no processo sócio-histórico em que os discursos são produzidos. Neste sentido, as palavras significam segundo as posições de seus locutores.

Entendendo o sentido como o efeito, a AD tem o discurso como objeto de investigação. Orlandi (2013) afirma, assim, que a AD interessa-se pela materialidade da língua, pelas maneiras de significar, por homens falando, considerando a produção de sentidos constituintes de suas vidas seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.

Nesta perspectiva, propomos uma análise discursiva do filme “... e o seu nome é Jonas”, cujo título original é “... and your name is Jonah”. O longa foi dirigido por Richard Michaels e é uma produção americana do ano de 1979 que abarca dois idiomas, a língua inglesa e a *American Sign Language* (ASL), a língua de sinais americana, que recém havia sido reconhecida linguisticamente através dos estudos desenvolvidos por William Stokoe em 1960, que, no ano de 1965, publicou em coautoria o dicionário sobre a linguística da ASL denominado *A Dictionary of American Sign Language on Linguistic Principles*. Foi entre as décadas de 1960 e 1970 que as discussões se tornaram mais recorrentes em relação à comunicação e à educação de surdos, resultando no surgimento da obra *In this Sign*, de Joanne Grisberg (1970) e também da peça e do filme *Children of a lesser God*, de Mark Medoff. Nos anos da década de 1970 os surdos ganharam destaque em suas apresentações artísticas em ASL e também divulgaram a cultura surda. Essa abertura não apenas ao reconhecimento da língua, mas também à sua circulação pode ser resultado da posição dos EUA no Congresso de Milão, em 1880: o país foi contrário à imposição do oralismo como único meio de educar os surdos. Nesse sentido entende-se que lá já se

percebia a ASL como instrumento provedor de resultados plausíveis na educação de surdos e na comunicação de forma plena.

Diante dos fatos expostos, é pertinente afirmar que o cenário americano em relação à surdez e à língua de sinais na década de 70 era de ascensão da comunidade surda, uma vez que tinham a ASL reconhecida (cientificamente) como língua, existiam discussões sobre a educação de surdos, a cultura surda era divulgada e os surdos podiam expressar-se através das artes.

Desse modo, o cinema aparentemente tendeu a reproduzir a realidade na tentativa de demonstrar a valorização da língua e cultura dos surdos e a reprovação dos métodos oralistas no contexto americano. São nessas condições que se encontra o drama “... e o seu nome é Jonas”. O filme, que gira em torno da surdez, mostra, de modo enfático, os problemas enfrentados por Jonas, garoto surdo que não sabe língua de sinais em uma família de ouvintes. A trama apresenta discursos de cunho clínico com alicerces oralistas, a surdez como anormalidade e conflitos familiares por causa do diagnóstico da surdez. Por outro lado, o telefilme propaga a utilização da língua de sinais, uma vez que Jonas através da utilização da ASL e do contato com a cultura surda é oportunizado a ter uma vida diferente, não mais apresentado pela deficiência, mas pela diferença.

A partir desses discursos sobre a surdez materializados no filme, expusemos a análise discursiva identificando quais posições-sujeito são mobilizadas na película, evidenciando sentidos nela silenciados. Nessa perspectiva, questionamo-nos: quais os sentidos predominantes nos discursos dessa obra estadunidense, a surdez como deficiência ou diferença? O Surdo como normal ou anormal?

O elenco de “... e o seu nome é Jonas” foi constituído por pessoas ouvintes e surdas. Jonas, personagem principal do drama é interpretado por um ator surdo chamado Jeffrey Bravin. Segundo o site “Porcos, elefantes e doninhas”, o ator surdo teve grande destaque no filme por sua atuação, como se pode ver a seguir:

Após a exibição do filme, a revista *People* de 5 de fevereiro de 1979 destacou o talento do jovem ator:

(...) Quando o nova-iorquino Jeffrey Bravin, 9, fez sua bem aclamada estreia no fim de semana passado, no filme da CBS *E Seu Nome é Jonas*, sobre o isolamento de um garoto surdo, o elenco, incluindo Sally Struthers, virou seu maior fã. "Caí de amores por ele", disse Sally, que viveu sua mãe no filme e ainda se corresponde com ele, meses depois. O diretor Richard Michaels acrescenta: "Com Jeff descobri a diferença entre ouvir e escutar". Michaels se refere não apenas ao roteiro, mas à própria vida do garoto: Jeff faz parte da quarta geração da família Bravin a nascer com a surdez. Excelente aluno e atleta, Jeff curtiu a experiência de ser astro de TV, apesar de compreender a dificuldade que seria seguir uma carreira de ator. Mas ele não será esquecido. O diretor Michaels diz: "Essa foi a experiência mais extraordinária em comunicação que já vivenciei".



O fragmento apresentado foi veiculado por uma das revistas mais importantes dos Estados Unidos, a revista *People*. Isso demonstra a relevância da obra audiovisual sobre a surdez no contexto americano. Tendo em vista que a obra foi lançada em 1979, traçando um comparativo com o Brasil contemporâneo, 39 anos depois, observamos que os acervos de filmes brasileiros que abordam o sujeito surdo não têm produções que provoquem tal repercussão.

Assim, a pesquisa apresentada busca compreender como se dá a constituição dos sentidos de surdo, surdez e língua de sinais, tendo como objetivo investigar a relação língua-discurso-ideologia no processo de constituição desses sentidos, o que possibilita a compreensão da filiação dos discursos implicados na rede de sentidos sobre surdez e língua de sinais. Além disso, pretendeu-se discutir a relação “bilinguismo” e “oralismo” estabelecidas no filme, com vista à compreensão da filiação dos sentidos nela implicados na rede de sentidos sobre surdez e língua de sinais. Por fim, elencamos produções cinematográficas americanas que representam a surdez, o surdo e a língua de sinais.

Dessa maneira, a partir desta investigação, visamos responder à seguinte questão-problema: Considerando que para AD os sentidos são efeitos, que posições-sujeitos são mobilizadas no filme “... e o seu nome é Jonas” com relação aos sentidos sobre o que é surdo, surdez e língua de sinais?

Para isso, foi realizada uma investigação de caráter qualitativo, sendo esta uma pesquisa exploratória. Neste sentido, a abordagem qualitativa possibilita as discussões e análise, a partir do arcabouço teórico da AD, dos discursos sobre o surdo, surdez e língua

de sinais, a fim de identificar quais posições-sujeitos são mobilizadas no filme investigado, permitindo, desse modo, a discussão da problemática abarcada na pesquisa.

A pesquisa qualitativa não objetiva alcançar resultados exatos, inquestionáveis, não se atém a porcentagens, mas busca compreender o tema investigado de modo que possibilita a abertura de novos vieses de abordagem. À vista disso, o método qualitativo torna-se uma abordagem que permite estudar fenômenos sociais dando oportunidade ao pesquisador para explorar seu objeto de pesquisa de uma maneira mais irrestrita, conforme aponta Godoy (1995), para quem

Considerando, no entanto, que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explore novos enfoques (GODOY, 1995, p. 21).

Dessa maneira, no presente trabalho debruçamo-nos sobre nosso *corpus*, a obra fílmica “... e o seu nome é Jonas”, a fim de produzirmos recortes de cenas pertinentes ao tema, cenas que dessem visibilidade à análise discursiva proposta. Desse jeito, buscamos identificar quais formações discursivas sustentam os discursos sobre a surdez, o surdo e a língua de sinais que circulam no filme. Para Orlandi (2013), não existem discursos que não estejam interligados com outros, razão pela qual propomos uma análise em que se formou um intrincado nó de discursividade.

Com relação aos recortes das cenas, os mesmos não foram feitos aleatoriamente. Foi necessário seguir critérios que envolveram as bases teóricas da análise de discurso; por exemplo, o conceito de paráfrase, que nos permitiu encontrar regularidades, a partir das quais seguimos produzindo os recortes discursivos.

Para a construção do trabalho analítico, o analista não pode pensar o *corpus* da pesquisa e a teoria discursiva separadamente. Nessa perspectiva, Orlandi (2013) afirma que “[...] a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise. Esse procedimento dá-se ao longo de todo trabalho” (ORLANDI, 2013, p. 67). Propomos, então, uma investigação em um movimento contínuo de verificação dos discursos nos filmes e teoria da AD. Foi necessário, para isso, atentar às repetições discursivas a respeito do surdo, da surdez e da língua de sinais presentes no longa, não nos atendo apenas às frases e à estrutura, mas ponderando a não transparência da língua, buscando, assim, compreender o

funcionamento dos discursos e seus efeitos. Assim, operamos, ao mesmo tempo, a seleção de cenas cabíveis à análise e a construção analítica discursiva pertinente ao material.

O trabalho do analista de discurso não se restringe à interpretação, entretanto o analista vai além das evidências da interpretação, ele não se satisfaz com o óbvio. Segundo Orlandi (2013):

Ele pode então contemplar (teorizar) e expor (descrever) os efeitos da interpretação. Por isso é que dizemos que o analista de discurso, à diferença do hermenêuta, não interpreta, ele trabalha (n)os limites da interpretação. Ele se coloca em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições (ORLANDI, 2013, p. 61).

Dessa forma os discursos do filme foram submetidos à análise de modo que os elementos que possibilitam o funcionamento discursivo fossem percebidos. Nesse sentido buscamos compreender como se dá a constituição de sentidos dos discursos na obra explorada, considerando, para isso, que a interpretação faz parte do objeto de análise, o sujeito fala e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito, que submetido à análise, constitui o sentido (cf. ORLANDI, 2013).

Assim sendo, evidenciamos as ideologias contidas nos discursos materializados no filme, considerando o contexto histórico-político-social em que o filme foi produzido, bem como o atual, o que possibilita entender o que sustenta os discursos que constituem os sentidos de surdo, surdez e língua de sinais.

A motivação para o desenvolvimento desta pesquisa se deu a partir da reflexão de todo percurso histórico de desvalorização dos surdos e da constante militância da comunidade surda para quebra de paradigmas sociais. Sabemos que a trajetória histórica dos surdos em meio à sociedade não foi nada fácil. Eles eram vistos como seres incapazes de pensar, eram maltratados e abandonados, dentre outras práticas. O Congresso de Milão, em 1880, propiciou a proibição da sinalização feita pelos surdos e a imposição do oralismo, obrigando-os, assim, a se enquadrarem em estereótipos impostos pela sociedade. Somente depois de um longo período de sofrimento e lutas, os surdos tiveram a liberdade de se expressar através da língua de sinais.

No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) tornou-se língua oficial no dia 24 de abril de 2002, através da publicação da Lei nº 10.436, o que a colocou na posição de segunda língua oficial do país. No entanto, a utilização da língua de sinais, que é anterior ao decreto que a oficializa como uma das línguas do Brasil permitiu a criação da

comunidade surda, uma comunidade linguístico-discursiva que a faz pertencer a uma cultura e que dá ao surdo sua identidade.

Contudo, mesmo diante das conquistas da comunidade surda (como é o exemplo da oficialização da língua de sinais) a compreensão de que a surdez não é sinônimo de incapacidade e de que os surdos são sujeitos pensantes e capazes de significar(-se) ainda está por se fazer dominante, o que significa dizer que ainda existem discursos (estereotipados) que giram em torno da proposição de que o surdo e a surdez são definidos pela “ausência”, pela falta de audição. Diante dessa realidade, e tendo em vista a falta de pesquisas sobre a surdez e a língua de sinais tendo como alicerce teórico a Análise de Discurso, fomos motivados a fazer uma pesquisa exploratória sobre o filme.

A escolha da obra audiovisual “... E o seu nome é Jonas” se deu a partir da sua grade circulação nos cursos de Libras em todo o Brasil. Uma vez que no enredo do referido filme estão presentes diversos elementos que interessam os estudiosos da área, por exemplo, a tensão entre o bilinguismo e o oralismo. Assim, essa produção tem sido referência sobre a temática da surdez nos âmbitos educacionais, razão pela qual o escolhemos como material analítico desta pesquisa.

É importante salientar que a escassez de obras cinematográficas brasileiras relacionadas à surdez também foi uma das razões para que o *corpus* desta pesquisa se constituísse a partir de um filme estadunidense. No decorrer deste estudo também abordamos essa questão da falta de obras cinematográficas brasileiras que enfatizam o sujeito surdo, sua língua e sua cultura e, por conseguinte, o que essa ausência significa no contexto brasileiro.

Enquanto estudante de Letras: Língua Portuguesa e Libras e futuro profissional da área, ter conhecimento acerca dos discursos que dizem respeito ao surdo, à surdez e à língua de sinais é de suma importância para que, na trajetória junto à comunidade surda, seja possível posicionar-se politicamente, considerando a surdez uma peculiaridade e não uma ausência, contrapondo, assim, os discursos estereotipados que materializam determinadas ideologias.

Depreende-se, portanto, que o presente estudo é relevante para formação do acadêmico em Letras (habilitação em Língua Portuguesa e Libras), pois além de contribuir para vida pessoal e profissional, contribuirá também no âmbito social e político, no que concerne a valorização da comunidade surda. A partir desta pesquisa serão possíveis novas abordagens de análises discursivas relacionadas ao surdo, surdez e língua de sinais.

Além da introdução apresentada, o trabalho encontra-se estruturado em outras seis seções: “Língua, Sujeito e Discurso: uma perspectiva para compreensão dos sentidos”; “Língua, Cultura, Identidade: a propósito de uma revisão da literatura”; “Ouvindo o Silêncio: sentidos para o surdo, a surdez e a língua de sinais em ... *E o seu nome é Jonas*”; “Considerações Finais”; “Referências” e “Apêndice: filmes americanos sobre surdez, surdo e língua de sinais”.

Na seção denominada “Língua, Sujeito e Discurso: uma perspectiva para compreensão dos sentidos” abordamos acerca dos principais conceitos da Análise de discurso e sobre o funcionamento dessa disciplina de entremeio. Para tanto utilizamos, como principal aporte teórico, os estudos da autora Eni Orlandi (2013).

Em “Língua, Cultura, Identidade: a propósito de uma revisão da literatura” discutimos questões concernentes à cultura e identidade, sobretudo a respeito da identidade cultural surda, segundo os estudos de Karin Strobel (2008).

Na seção seguinte, “Ouvindo o Silêncio: sentidos para o surdo, a surdez e a língua de sinais em ... *E o seu nome é Jonas*” encontra-se a análise do filme na perspectiva da Análise de discurso.

Nas “Considerações finais” expomos nossas considerações diante o término da pesquisa.

Na última seção “Apêndice: filmes americanos sobre surdez, surdo e língua de sinais” o leitor encontrará um pequeno acervo de filmes americanos que representam o surdo, surdez e língua de sinais.

## 2. LÍNGUA, SUJEITO E DISCURSO: UMA PERSPECTIVA PARA COMPREENSÃO DOS SENTIDOS

*Já poderia iniciar dizendo que a Análise de Discurso que pratico levou a sério a afirmação de Saussure de que a língua é fato social. Restava estabelecer para esta definição como pensar a língua como fato e como significar aí o que é social. E as duas coisas foram feitas, sendo esta a singularidade da análise de discurso: ligar a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, a ideologia e o inconsciente.*

Eni Orlandi (2002, p. 22)

A citação acima é um trecho do texto “A Análise de Discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil”. Trata-se do ponto do texto em que a autora especifica a particularidade da AD (ligar a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, a ideologia e o inconsciente) dando ênfase ao deslocamento operado pela AD em relação às posições saussurianas. Em nossa opinião, trata-se de uma citação que expõe com singularidade nossa compreensão sobre a AD, a de que ela se propõe a compreender essa relação do sujeito com a exterioridade, verificando o uso da linguagem em situações concretas e, portanto, sócio-históricas, apreendendo o trabalho do simbólico nos discursos e nos sujeitos.

De acordo com Orlandi (2013), o discurso é tomado por objeto de análise a partir da década de 60 do século XX, quando da constituição da AD, cujo mentor foi o filósofo francês Michel Pêcheux. A constituição desse novo campo de saber se dá “[...] no espaço de questões criadas pela relação entre três domínios disciplinares que são ao mesmo tempo uma ruptura com o século XIX: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise” (ORLANDI, 2013, p.19).

O tripé teórico que constitui a AD contribui de maneira distinta para o funcionamento da disciplina. Tratando da Linguística, Orlandi (2013) afirma que a análise de discurso e a linguística convergem no que diz respeito à concepção da não transparência da linguagem. Assim, a AD esforça-se em mostrar que a relação linguagem-pensamento-mundo não é unívoca. Para a autora, a Análise de Discurso apropria-se do materialismo histórico, ou seja, leva em consideração o caráter histórico do sujeito, isto é, o real da história, entretanto, afirmando a sua não transparência.

A não transparência da linguagem que é considerada na perspectiva da análise discursiva tem como princípio os atravessamentos dos discursos. Desse modo, busca-se

sentidos que não estão explícitos na análise de conteúdo<sup>1</sup>; nesse sentido, a AD está comprometida com o simbólico, com os modos de significações atrelados aos discursos e à história.

A perspectiva histórica presente na análise de discurso está diretamente relacionada ao Marxismo, campo do saber que contribui com a AD, sobretudo pela relação que estabelece entre sujeito e ideologia. É nesse cruzamento entre sujeito e ideologia que se estabelecem os sentidos, que podem ser diversos dependendo da posição ideológica assumida pelo sujeito. Pode-se afirmar, então, que não existem significações se não houver relações ideológicas em jogo. Assim, no viés da Análise de Discurso, a ideologia faz parte da constituição do sujeito. Conforme aponta Orlandi, “o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também da história, não tendo o controle sobre o modo como elas os afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.” (ORLANDI, 2013, p. 20).

A relação com o inconsciente apresentada por Orlandi diz respeito à contribuição de mais um dos pilares da análise de discurso: a psicanálise. Esse campo de estudos, desenvolvidos por Freud e Lacan, tem suma importância para o entendimento do sujeito. Para Ferreira (2005), a psicanálise no campo epistemológico da análise de discurso propicia outra concepção de sujeito, sendo este clivado, assujeitado, submetido tanto ao seu próprio inconsciente, quanto às circunstâncias histórico-sociais que os moldam.

Com relação ao trabalho dos diferentes campos de conhecimentos, quais sejam, a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise, Orlandi (2005) afirma que, na AD, Pêcheux teoriza como a linguagem é materializada no trabalho da ideologia e como a mesma é manifesta na linguagem. Dessa maneira, a autora afirma que “Pêcheux é um herdeiro não subserviente do Marxismo, da Linguística e da Psicanálise na Análise de Discurso que propõe e que trabalha relações entre o sujeito, a língua e a história” (ORLANDI, 2005, p.11).

Assim, a relação da AD com essa tríade não é exatamente harmônica. Conforme aponta Orlandi, a AD:

Interroga a Linguística pela historicidade que ela [a Linguística] deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 2013, p.20).

---

<sup>1</sup> Baseia-se na perspectiva quantitativa, a análise restringe-se ao texto.

Desse modo, a Análise de Discurso trabalha com esses três campos disciplinares, ou seja, é no entremeio desses saberes que se promove a análise discursiva. Diante disso, “diferentemente do intervalo, a ideia de entremeio refere a espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias” (ORLANDI, 2002, p.21). Assim, acontece o deslocamento entre campos disciplinares distintos, ou seja, como afirma Orlandi (2002), a AD “[...] des-territorializa. E nesse movimento, põe em estado de questão o sujeito do conhecimento e seu campo, seu objeto e seu método, face à teoria que produz” (ORLANDI, 2002, p. 22).

Contudo, antes dessa “ruptura” operada pela AD em relação ao modo de abordar a língua, já era possível encontrar estudos voltados à língua como agente de sentidos que permitisse a análise de unidades além da frase. Nos anos 50, por exemplo, Z. Harris, um dos percursores do estruturalismo americano, passou a pesquisar o texto com seu método distribucional, reduzindo-o, entretanto, a uma frase longa.

Isto é, caracteriza sua prática teórica no interior do que chamamos isomorfismo: estende o mesmo método de análise de unidades menores (morfemas, frases) para unidades maiores (texto) e procede uma análise linguística do texto como o faz na instância da frase, perdendo dele aquilo que ele tem de específico. Como sabemos, o texto não é apenas uma frase longa ou uma soma de frases. Ela é uma totalidade com sua qualidade particular, com sua natureza específica (ORLANDI, 2013, p. 18).

Brandão (2004) faz referência a uma perspectiva diferente dos estudos de Harris, mencionando Benveniste, que considera a atuação do sujeito falante no processo da enunciação e procura mostrar a inscrição do sujeito nos enunciados produzidos pelo mesmo. De acordo com a autora, ele faz a relação entre locutor, seu enunciado e o mundo. Tal relação também está no centro das reflexões da Análise de Discurso, que tem como lugar primordial o enfoque para posição sócio-histórica dos sujeitos dos discursos.

Comentando o trabalho do inglês M.A.K. Halliday, Orlandi (2013) afirma que ele não atribui valor à forma material ou à ideologia como constitutiva do sujeito, além de estacionar na descrição. Halliday tratou da perspectiva linguística em que o texto é considerado como unidade semântica. Segundo a autora, “[...] a exterioridade não tem em Halliday nem a mesma natureza, nem o mesmo estatuto que tem na análise de discurso” (ORLANDI, 1992 apud ORLANDI, 1994, p. 111).

Diversas abordagens dos estudos discursivos foram adotadas, de modo que o foco dos estudos se flexibilizava no decorrer do tempo e ia se voltando para as significações e interpretações de mundo feitas pelos homens.

A linguística do século XX abarcou diversas perspectivas de abordagem da linguagem humana, muitas das quais estavam baseadas nos postulados de Saussure (2002[1916]), para quem a língua é vista como sistema autônomo. Contudo, a Análise de Discurso não tem a língua como objeto de estudo, como no estruturalismo, cuja prioridade de análise estava na forma da língua e que, portanto, se preocupava quase sempre apenas com a estrutura e organização da língua. Já a AD interessa-se pela materialidade da língua em percurso, ou seja, atém-se ao discurso. Segundo Orlandi (2013, p. 15-16),

A Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.

A partir dessa abordagem teórica, a linguagem não é vista numa perspectiva formalista, em que a língua é percebida somente como sistema de regras formais e simples ato de fala. A perspectiva teórico-analítica preocupa-se com as determinações sociais-histórico-ideológicas a partir das quais se constituem as produções simbólicas.

Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação (ORLANDI, 2013, p.21).

Segundo Orlandi (2013), a noção de discurso não deve ser restringida ao esquema elementar da comunicação, pois o discurso distancia-se do funcionamento em que se busca uma sistematização entre os elementos da comunicação. Nessa perspectiva, a autora afirma que todo processo de significação acontece simultaneamente. Nesse sentido, não se trata apenas da decodificação de mensagens: “as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2013, p. 21).

Depreende-se, pois, que o discurso não se enquadra no movimento sistêmico que se dá entre o referente, a mensagem e o código, existentes no esquema elementar da

comunicação. Uma vez que os discursos são materializados, eles sofrem os efeitos do simbólico que estão interligados com a ideologia; assim, temos uma gama de interpretações/sentidos que não estão agregadas às sistematicidades comunicativas. Todo processo discursivo acontece concomitantemente. Além disso, para Orlandi (2013), apesar de o discurso se relacionar com a língua, ele não substitui a fala e não deve ser posto em oposição à língua, como na dicotomia saussuriana (língua/fala). Para a autora,

É preciso mudar de terreno e essa mudança se faz através de um deslocamento da dicotomia proposta à língua (social, geral, sistemática) / fala (individual, singular, assistemática, ocasional) para a relação língua/ discurso em que não se dicotomiza, não se iguala o universal com o extra-individual (ORLANDI, 2002, p. 23).

A partir dessa colocação é possível afirmar que o discurso não está posto em substituição da fala, pois para Saussure (2002[1916]) a fala relaciona-se à individualidade, em contrapartida o discurso não pode ser considerado individual, tendo em vista que vários sujeitos são (re)produtores de um mesmo discurso alicerçado em uma determinada formação ideológica.

Orlandi (2007) ainda assegura que, no discurso, o que se considera é a “forma material”. A autora salienta que essa forma material não se trata da forma abstrata, mas da forma que é linguística e histórica. Segundo a autora, “pela forma material, podemos trabalhar a inscrição do histórico na língua, o investimento do sentido na sintaxe, de modo a seguir o princípio segundo o qual a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua” (ORLANDI, 2002, p. 23).

Desse modo, o discurso é envolvido em um emaranhado de elementos que não estão limitados à estrutura da língua, portanto tem maleabilidade e relaciona-se com o simbólico, pois a língua não se encontra estanque.

A Análise de Discurso faz um novo recorte teórico relacionando língua e discurso. Em seu quadro teórico, nem o discurso é visto como uma liberdade de ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si (ORLANDI, 2013, p. 22).

Nessa concepção de língua não delimitada em si, tem-se que a língua ao ser inscrita na história passa a significar, pois os sentidos estão na materialidade discursiva.

Para Orlandi (2007), uma vez inscritos na história, os discursos (efeito de sentidos) não são controláveis e são suscetíveis à deslocamentos de sentidos:

Não há discurso estanque que os torne de todo “controláveis” nem discurso que garanta uma correspondência escrita aos lugares (posições) em que são produzidos. Uma vez postos em circulação eles podem se deslocar por qualquer ponto dos processos discursivos (ORLANDI, 2007, p. 117).

Partindo dessa afirmação, entende-se que o discurso pode ser apreendido de maneiras distintas. Além disso, os mesmos discursos podem ser reproduzidos por sujeitos diferentes em épocas diferentes. Diante disso, Orlandi (2013) afirma que todo discurso é proveniente de outro discurso anterior. Daí a noção de interdiscurso: trata-se da relação de/entre múltiplos discursos. Relação em que estão em causa efeitos de contradição, sobredeterminação e dissimetria.

A apropriação inconsciente de discursos já realizados provém de processos polissêmicos e parafrásticos que marcam o funcionamento da linguagem. Constantemente os sujeitos estão exercendo a comunicação, temos a ilusão de que o discurso pertence àquele que o materializou, no entanto não se pode afirmar que o discurso é “inaugurado” por um determinado sujeito. Orlandi (2013) explica que esses resgates estão associados ao esquecimento ideológico, aquele através do qual “[...] temos a ilusão de ser a origem do que dizemos, quando na realidade retomamos sentidos preexistentes” (ORLANDI, 2013, p. 35).

É nessa dinâmica da língua com todos os fatores que possibilitam os efeitos sentidos que irrompem o funcionamento da paráfrase e da polissemia. O primeiro está relacionado às repetições, à reprodução de um mesmo sentido; já o segundo trata-se de deslocamentos de sentidos que acontecem paulatinamente. Diante disso, pode-se afirmar que todo processo discursivo é permeado de repetições e deslizamentos de sentidos. Orlandi (2013) reforça, assim, a proposição de que não há sentido sem que haja repetições.

Para essa analista de discurso, as formações discursivas estão relacionadas não apenas aos discursos que materializam, põem em circulação, mas retomam e (re)significam sentidos relacionados a um discurso anterior. Para a autora, “as palavras remetem a discursos que derivam seus sentidos das formações discursivas, regiões do interdiscurso que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas” (ORLANDI, 2013, p. 80).

Orlandi (2013) define formação discursiva como aquilo que em uma dada formação ideológica determina o que deve ser dito. A autora afirma, assim, que os sentidos estão associados ao que o sujeito pode ou não dizer dependendo da posição ideológica assumida, razão pela qual, conforme a autora, “uma mesma palavra, na mesma língua, significa diferentemente dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que diz em uma ou outra formação discursiva” (ORLANDI, 2013, p. 60). Em nossa opinião é isso o que acontece com a palavra “surdo”, que, como se verá mais adiante, pode significar coisas diferentes a depender da posição discursiva que se assume.

Assim, podemos afirmar que a palavra não tem um sentido atrelado a si, mas suas significações derivam das formações discursivas, que, por sua vez, mantêm relações ideológicas implicadas em seu funcionamento. Os sentidos, então, são estabelecidos ideologicamente através de posições ocupadas pelos sujeitos.

A partir desse ponto de vista, são evidentes (i) a relação entre as formações discursivas e o trabalho da ideologia e, analogamente, (ii) o seu entrelaçamento com a produção de sentidos. Essas relações são manifestas na discursividade, daí que “o estudo do discurso explicita a maneira como a linguagem e ideologia se articulam, se afetam em relação recíproca” (ORLANDI, 2013, p. 43).

É ainda nas instâncias dos estudos discursivos, por meio dessa relação proposta entre linguagem e ideologia, que é possível o entendimento da constituição do sujeito e dos sentidos, questões importantes para nossa compreensão da significação do surdo e da surdez em nosso material de análise.

Para Pêcheux, “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (cf. ORLANDI, 2013, p. 17). Assim, para AD, a constituição de sentidos se dá na relação língua-sujeito-discurso-ideologia.

Neste sentido, quando um indivíduo é “detectado” pelo exterior, automaticamente, ele é especificado, atribui-se sentidos a/sobre ele, apresenta-se determinações sobre ele. Ele se torna sujeito. É nessa relação entre o sujeito e os sentidos que ele apreende possibilidades de interpretações/sentidos do/no mundo direcionado pelas ideologias.

Grigoletto (2005), especifica essa noção de sujeito determinado, subjetivado, mediante à dinâmica que existe entre sujeito e exterioridade. Desse modo, segundo a autora:

Assim pelo viés da *forma-sujeito* do discurso se inscreve em uma determinada FD, com a qual ele se (des)identifica e que o sujeito se constitui sujeito. Ao realizar o movimento de *incorporação-dissimulação* dos saberes que circulam no interdiscurso, pelo viés da *forma-sujeito*, é que o sujeito do discurso vai produzir o efeito de unidade, de evidência (GRIGOLETTO, 2005, p. 62).

Daí se estabelece uma condição para que seja possível a constituição/significação do sujeito: o mesmo deve submeter-se à ideologia, esta por sua vez, está atrelada ao discurso e este à língua (materialidade significante). Portanto, “os sentidos e os sujeitos se constituem em processos em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não temos controle e nos quais o equívoco – o trabalho da ideologia e do inconsciente – estão largamente presentes (sic)” (ORLANDI, 2013, p.60).

Os processos aos quais os sujeitos são submetidos não têm um sistema determinante de sentidos para um dado discurso, pois os sentidos então dispersos. Os sentidos estão postos nos espaços simbólicos que possibilitam significações múltiplas para um mesmo discurso. É nessas instâncias que a linguagem é atravessada e a não transparência é enfocada pelos equívocos proporcionados pela intervenção do inconsciente e da ideologia.

Assim, na esteira teórica da AD, a ideologia possibilita a significação do mundo através de sua relação com o sujeito e sua história. Para Orlandi (2013), a ideologia é responsável pela constituição do sujeito e dos sentidos. É por isso, isto é, por causa da ideologia, que para a AD os sentidos não são transparentes. Aliás, para AD, “[...] a língua também não é transparente nem o mundo diretamente apreensível quando se trata da significação, pois o vivido dos sujeitos é informado, constituído pela estrutura da ideologia” (PÊCHEUX, 1975 apud ORLANDI, 2010, p.49).

Segundo Orlandi (2007), a significação não se restringe às palavras, existindo, portanto, um fluido movimento de sentidos no silêncio. Para a autora, “o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor no silêncio o sentido é” (ORLANDI, 2007, p.31).

Nesse sentido, trazemos à baila, então, a questão do silenciamento envolvendo os discursos acerca do sujeito surdo. Como já explicado, os sentidos não se encontram restritos às palavras; entende-se, portanto, que os sentidos se presentificam no não-dito, ou seja, aquilo que não foi dito é sobreposto ao dito e significa mesmo diante de sua ausência. Em diversos discursos, principalmente de cunho oralista, tem-se o silenciamento do povo surdo, isso abrange aspectos políticos, identitários e culturais.

Frisemos os discursos em que são fortalecidos pelos argumentos de que os surdos precisam aprender a falar, precisam controlar suas mãos para não usar sinais, precisam se

portar como ouvintes. O apreensível desses discursos é que o surdo precisa facilitar sua comunicação com a oralização, assim terá sua vida normal. Sem precisar ser surdo.

Por outro lado, o silêncio está significando nos discursos de cunho oralista, pois os sentidos estão presentes no que não foi materializado. Assim, pode-se evidenciar que quando o oralismo é imposto ao surdo significa que houve o silenciamento de sua vontade própria, de seus direitos, da língua de sinais, da identidade cultural surda, dentre outros aspectos.

O silêncio torna-se fator imprescindível para que exista o sentido. Para a autora, “[...] sem silêncio não há sentido, sendo que o silêncio não é apenas um acidente que intervém ocasionalmente: ele é necessário à significação” (ORLANDI, 2007, p. 40).

Em diversas concepções de silêncio tem-se que ele é o “local” em que as palavras são introduzidas, entretanto para Orlandi (2007) acontece o inverso: o silêncio é posto sobre as palavras. Assim, a autora denomina essa relação de silêncio fundante:

Silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas ou que indica que o sentido pode ser sempre outro, ou ainda que aquilo que é mais importante nunca se diz, todos esses modos de existir dos sentidos e do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é fundante (ORLANDI, 2007, p.14).

Além do silêncio fundante, no âmbito do silenciamento, encontram-se formas distintas de produção de sentidos. Conforme Orlandi (2007), no panorama da política do silêncio encontraram-se (i) o silêncio constitutivo, que possibilita o apagamento de uma palavra por decorrência do uso de outras palavras, ou seja, quando dizemos uma palavra deixamos de dizer outras; (ii) e o silêncio local, que se refere à censura, que, segundo a autora, “trata-se da produção do silêncio de forma fraca, isto é, é uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos, é a produção do interdito, do proibido” (ORLANDI, 2007, p. 74-75).

Diante dessa relação entre silêncio e discurso existe uma gama de sentidos a serem apreendidos. Segundo Orlandi (2007), os sentidos estão presentes em qualquer espaço simbólico. Portanto, a autora afirma que,

O homem está “condenado” a significar. Com ou sem palavras, diante do mundo, há uma injunção à interpretação: tudo tem de fazer sentido (qualquer que ele seja). O homem está irremediavelmente constituído pela sua relação com o simbólico (ORLANDI, 2007, p. 30).

A ideologia é responsável pela constituição de sentidos, que não são possíveis sem que haja um trabalho de interpretação. Disso decorre a afirmação segundo a qual diante de qualquer objeto simbólico o sujeito tende a interpretar (cf. ORLANDI, 2013; 1996).

A interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem. Não há sentido sem interpretação. Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que as diferentes linguagens, ou as diferentes formas de linguagem, significam de modos distintos (ORLANDI, 1996, p.9).

Assim, tem-se uma diversidade de sistemas de signos a serem interpretados, o que significa que a significação não se restringe, estagna, na linguagem oral, porém contempla os diferentes tipos de materialidades. Diante disso, Orlandi (1996) afirma:

Como os sentidos não são indiferentes à matéria significativa, a relação do homem com os sentidos se exerce em diferentes materialidades, em processos de significação diversos: pintura, imagem, música, escultura, escrita, etc. A matéria significativa - e/ou a sua percepção - afeta o gesto de interpretação, dá forma a ele (ORLANDI, 1996, p.12).

Portanto, “começamos por afirmar que a interpretação é ‘gesto’, ou seja, é um ato do nível simbólico” (PÊCHEUX, 1969 apud ORLANDI, 1996, p. 18). Disso decorre a afirmação de que existe uma relação entre discurso, silêncio e interpretação. Segundo Orlandi (1996, p. 18), “o gesto da interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é “materializada” pela história”.

É a partir desse posicionamento que pomos em evidência, nesta pesquisa, gestos de interpretação sobre os sentidos de surdo, surdez e de línguas de sinais a partir de um objeto simbólico constituído de materialidades significantes diversas, considerando também que a materialidade das línguas de sinais é diferente das línguas orais: enquanto a primeira é visuo-espacial, a segunda é oral-auditiva.

Finalmente, o sujeito, para a AD, conforme Orlandi:

[...] é materialmente dividido desde a sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, e não produz sentidos (ORLANDI, 2013, p.49).

Dessa maneira, ao trabalhar com a constituição de sentidos sobre surdo, surdez e de línguas de sinais no filme “... e o seu nome é Jonas”, interessa-nos investigar as posições-sujeitos que estão em jogo nos processos discursivos materializados na obra.

### 3. LÍNGUA, CULTURA E IDENTIDADE: A PROPÓSITO DE UMA REVISÃO DA LITERATURA

*“Sou surda não quer dizer: ‘Não ouço.’ Quer dizer: ‘Compreendi que sou surda.’ É uma frase positiva e determinante. Na minha mente, admito que sou surda, compreendo-o, analiso-o, porque me deram uma língua que me permite fazê-lo. Compreendo que os meus pais têm a sua própria língua, a sua maneira de comunicar e que eu tenho a minha. Pertença a uma comunidade, tenho uma verdadeira identidade”*

*(Emmanuelle Laborit)*

Em uma reflexão acerca do importante papel da língua como elemento pertencente à linguagem humana, entendemos que esse código convencionado socialmente tem em sua materialidade a representação do simbólico, no sentido de que através dela que se manifesta o ideológico, os posicionamentos políticos, as identidades dos sujeitos, a cultura de um povo. A língua é o elemento que diferencia o ser humano dos demais seres. É mediante a aquisição de uma língua que é possível organizar pensamentos, expressar-se e identificar-se culturalmente. Com a língua de sinais não poderia ser diferente. Os estudos linguísticos comprovam toda complexidade dessa língua visual-espacial. Abarcada a essa modalidade de língua, tem-se a cultura visual. Por intermédio das relações entre os grupos de sujeitos que percebem o mundo primordialmente pela visualidade, os usuários da língua de sinais identificam-se enquanto surdos, posicionam-se politicamente em defesa de seus direitos e têm o sentimento de pertencimento à comunidade surda.

Uma abordagem histórica permite-nos compreender que os surdos nem sempre foram vistos como pessoas racionais e o fato de não falar oralmente levava os povos a atribuírem várias significações ao surdo. Segundo Goldfeld:

A ideia que a sociedade fazia sobre os surdos, no decorrer da história, geralmente apresentava apenas aspectos negativos. Na antiguidade os surdos foram percebidos de formas variadas: com piedade e compaixão, como pessoas castigadas pelos deuses ou como pessoas enfeitiçadas, e por isso eram abandonados ou sacrificados (GOLDFELD, 2002, p. 27).

Nesse período histórico os surdos eram percebidos em meio social como aqueles que não têm a capacidade de raciocínio. Por decorrência, eram tratados como animais. A sociedade vetava os direitos dos surdos, que, inclusive, eram proibidos de serem

educados. Diante disso, “a crença de que o surdo era uma pessoa primitiva fez com que a ideia de que ele não poderia ser educado persistisse até o século XV. Até aquele momento eles viviam totalmente à margem da sociedade e não tinham nenhum direito assegurado” (GOLDFELD, 2002, p. 28).

Um fator determinante para que ocorressem esses tipos de exclusão dos surdos foi a ideia de que se o sujeito não tem audição, então ele não tem a capacidade de adquirir uma língua e muito menos a competência de raciocinar.

Depois de um longo tempo de rejeições, começou-se a pensar em uma educação para os surdos. No século XVI, na Espanha, o religioso Ponce de Leon foi o precursor do ensino para surdos. Segundo Goldfeld, “Ponce de Leon (1520-1584) desenvolveu uma metodologia de educação de surdos que incluía a datilologia (representação manual das letras do alfabeto), escrita e oralização, e criou uma escola de professores de surdos” (GOLDFELD, 2002, p. 28).

Goldfeld (2002) relata também a grande relevância do Abade Charles Michael de L’Epée na estruturação da educação de surdos. Em 1750, na França, L’Epée faz uma combinação da língua de sinais com a gramática sinalizada francesa que ficou conhecida com “Sinais metódicos”. Para Kessler (2008), “ao abade podemos atribuir um momento fundador da língua de sinais, fazendo-a existir socialmente, ao descobrir que seria possível educar surdos de maneira coletiva utilizando a língua” (KESSLER, 2008, p. 29).

Segundo Kessler (2008), os surdos já utilizavam os sinais para comunicarem-se. No entanto, esta forma de comunicação não era reconhecida como uma língua, mas como mímica. A sistematização da forma de comunicação dos surdos na educação só aconteceu no século XVIII com a contribuição do abade L’Épée, cujo trabalho estava baseado no método em que se privilegiava a língua de sinais. Por essa razão,

L’Epée recebeu muitas críticas do seu trabalho pelos educadores oralistas, entre eles Thomas Braidwood (1715-1806) na Inglaterra e o Samuel Heinicke (1727-1790) na Alemanha que iniciaram as bases da filosofia oralista, onde praticavam com os sujeitos surdos somente com a oralização, proibindo a língua de sinais (STROBEL, 2008, p. 86).

Nesse contexto, a língua de sinais começa a ser percebida como elemento que desencadeia problemas referentes ao aprendizado da língua oral. Segundo afirma Goldfeld (2002, p. 30):

Em razão dos avanços tecnológicos que facilitavam a aprendizagem da fala pelo surdo, a partir de 1860 o método oral começa a ganhar força. Diversos profissionais começam a investir no aprendizado da língua oral pelos surdos, e neste entusiasmo surgiu a ideia, defendida por alguns profissionais até hoje, de que a língua de sinais seria prejudicial para a aprendizagem da língua oral.

Em 1880, em Milão, no Congresso Internacional de Educadores de Surdos, foi posto em pauta qual o melhor método de educação de surdos: oralista, língua de sinais ou misto (língua oral e língua de sinais). Em 11 de setembro de 1880, dia da votação que elegeria o melhor método de educação dos surdos – os quais, aliás, sequer tinham o direito de voto –, estavam presentes em predominância os defensores do oralismo. “Este congresso foi organizado, patrocinado e conduzido por muitos especialistas ouvintistas, todos defensores do oralismo puro, num total de 164 delegados, 56 eram ouvintistas franceses, 66 eram ouvintistas italianos. Havia 74% de ouvintistas da França e da Itália” (STROBEL, 2008, p. 90).

Diante da grande quantidade de votos a favor da educação de surdos numa perspectiva oralista, o método do oralismo venceu e a utilização da língua de sinais foi proibida. “A partir daí, durante mais ou menos cem anos, os surdos ficaram subjugados às práticas ouvintistas tendo que abandonar sua língua de sinais, a cultura e a sua identidade surda, se submetendo a uma ‘etnocêntrica ouvintista’ ” (STROBEL, 2008, p. 91).

Naquele momento, a educação de surdos deu uma grande reviravolta em sentido oposto à educação do século XVIII, quando os surdos e a sociedade perceberam as potencialidades dos surdos pela utilização da língua de sinais. Naquele momento acreditava-se que o surdo poderia desenvolver-se como os ouvintes aprendendo a língua oral. O aprendizado dessa língua passa a ser o grande objetivo dos educadores de surdos (GOLDFELD, 2002, p. 31).

Com essa determinação promovida no congresso de Milão, os surdos passaram por um processo muito difícil, no qual eram privados de sua forma de comunicação e obrigados a adquirirem e utilizarem uma língua que não era a sua. Como se pode perceber, houve grande retrocesso na educação de surdos. Conforme Strobel, “após o congresso de Milão em 1880, houve fracasso na educação dos surdos devido à predominância do oralismo puro na forma de ouvintismo” (STROBEL, 2008, p. 91).

Goldfeld (2002) afirma que o oralismo perdurou até a década de 1970, quando da publicação do artigo *Sign Language Structure: an Outline of the Visual Communication*

*System of the American Deaf* por William Stokoe. Esse artigo evidenciou que a ASL é uma língua tão complexa como a língua oral.

Para Goldfeld (2002), a publicação de Stokoe deu subsídios para novas pesquisas sobre a língua de sinais e sua aplicação na vida dos surdos. A partir dessas novas abordagens, deu-se início ao método da comunicação total, que consiste no uso da língua de sinais e língua oral na comunicação.

Em 1968, Roy Holcom adotou o *Total Approach*, rebatizando-o de *Total Communication*, dando origem à filosofia da Comunicação Total, que utiliza todas as formas de comunicação possíveis na comunicação dos surdos, por acreditar que a comunicação, e não a língua, deve ser privilegiada (GOLDFELD, 2002, p.32).

Depois da origem da filosofia da Comunicação Total, na década de 1970, um novo método surge: o bilinguismo. Diferente da Comunicação Total, a filosofia bilíngue defende a ideia de que o surdo utilize a língua de sinais e a língua oral, entretanto, não mesclando as duas formas na comunicação. Segundo Goldfeld, “[...] percebeu-se que a língua de sinais deveria ser utilizada independentemente da língua oral. Ou seja, em algumas situações, o surdo deve utilizar a língua de sinais e, em outras, a língua oral e não as duas concomitantemente como estava sendo feito” (GOLDFELD, 2002, p.32).

A partir de então os sujeitos surdos teriam a possibilidade de adquirir a língua de modalidade gestual como sua língua materna e, por conseguinte, a aquisição de uma segunda língua, a oral.

Essa breve reflexão sobre a história da educação dos surdos põe em evidência o confronto entre os sentidos de ouvintes e de surdos. Confronto que desemboca em duas formas de compreensão da surdez: a clínica-terapêutica e a sócio-antropológica.

Na posição clínico-terapêutica, as pessoas ditas ouvintes têm a audição como canal de percepção de mundo e de constituição da subjetividade mediante à linguagem oral-auditiva. Se o homem é desprovido, total ou parcialmente, desse sentido, diz-se que ele é acometido pela surdez. Em uma definição clínica da surdez, a perda de audição pode ser ocasionada por diversos fatores que podem acontecer durante o período do pré-natal, perinatal e pós-natal.

Fatores etiológicos são aqueles que podem causar perda da audição e provêm de diferentes causas, como: genéticas, infecciosas, mecânicas, tóxicas, desnutrição e algumas doenças. Esses fatores podem ainda ocorrer no período

pré-natal, perinatal ou pós-natal, ou seja, antes, durante e depois do nascimento (LAFON, 1989 apud OLIVEIRA, 2011, p. 13).

A aferição de sons é feita através do decibel (db). Assim, a partir da medição dos decibéis é possível identificar o grau da surdez. Segundo Lima et.al. (2006), tanto área da saúde como a área da educação, classificam a surdez em quatro tipos: leve, moderada, severa e profunda.

Desse modo, Lima et.al. (2006) dividem esses graus de surdez em dois grupos que são: dos deficientes auditivos (DA) e dos surdos, sendo integrantes do primeiro grupo as pessoas que têm surdez leve e surdez moderada. A surdez leve é entendida como a perda auditiva de até 40 decibéis. Nesse tipo de surdez, o indivíduo tem dificuldades de reconhecimento dos sons, no entanto não é impedido de adquirir a língua oral. As pessoas que têm surdez moderada também estão incluídas entre os DA. Nesse tipo de surdez, definida como perda auditiva entre 40 e 60 decibéis, o indivíduo tem dificuldades de reconhecimento auditivo em ambientes ruidosos.

Já no grupo dos surdos, tem-se a surdez severa e a profunda. A primeira é aquela em que o indivíduo apresenta perda auditiva entre 70 e 90 decibéis. É possível que o indivíduo com esse tipo de surdez identifique alguns ruídos familiares. Já a surdez profunda é caracterizada pela perda auditiva superior a 90 decibéis, o que impossibilita o indivíduo a ter acesso aos sons e acarreta a não identificação da voz humana, ou seja, a não aquisição da língua oral. Disso decorre que essa pessoa com surdez profunda tem maior disposição de desenvolver-se linguisticamente com a utilização língua de sinais.

A partir dessas categorias apontadas pelas autoras existe uma controvérsia do que significa o indivíduo ser surdo ou deficiente auditivo. A surdez é vista como patologia, quando é definida como deficiência auditiva, que deve ser reparada para que se estabeleça equiparação com as pessoas que têm o aparelho auditivo intacto. Diante disso, “A visão clínico-terapêutica da surdez enfatiza no indivíduo sua característica de não ouvir, ou seja, utiliza a expressão deficiente auditivo para designar todas as pessoas com diminuição ou perda de audição” (OLIVEIRA, 2011, p. 87).

Geralmente, a família, diante da descoberta da surdez, procura solucioná-la, na tentativa de encontrar um antídoto para reverter a surdez em busca da normalização da criança surda. Na utopia de transformar o surdo em um ouvinte, a família é interpelada por discursos de ordem médica, educacional, terapêutica, social e política a buscar o

reparo da surdez. Diante disso, o sujeito surdo, muitas vezes, é submetido a métodos oralistas, forçando o aprendizado da língua oral, o uso de aparelhos auditivos e a cirurgia de implante coclear.

Em contraposição à visão clínico-terapêutica, tem-se a posição sócio antropológica que não percebe a surdez como uma falta, um problema, mas a surdez como uma especificidade do indivíduo. Nessa perspectiva, a surdez é valorizada, “[...] o surdo não é tido como alguém que tem uma patologia que precisa ser eliminada, mas sim como uma pessoa normal, e a surdez como uma marca que repercute nas relações sociais e no desenvolvimento cognitivo dessa pessoa [...]” (OLIVEIRA, 2011, p.89).

Os sujeitos que se declaram como surdos nessa perspectiva fazem o uso da língua de sinais e pertence a uma cultura visual. Os surdos percebem-se como pessoas que têm a especificidade de não ouvir, no entanto isso não é caracterizado como uma patologia e sim como uma marca de orgulho.

Lima et.al. (2006, p. 20) asseveram que, “atualmente, muitos surdos e pesquisadores consideram que o termo ‘surdo’ refere-se ao indivíduo que percebe o mundo por meio de experiências visuais e opta por utilizar a língua de sinais, valorizando a cultura e a comunidade surda”. Entretanto, os surdos e a língua de sinais ainda são percebidos como estranhos, pois fogem do padrão de normalidade instituído pela sociedade.

À luz dos estudos sociais, o sujeito é constituído mediante a elementos externos. Ele é o resultado de vivências que tem com outros membros de sua comunidade. Assim, constitui sua identidade, sua subjetividade através do exterior que o cerca. Para Pêcheux, filósofo fundador da Análise de Discurso, o sujeito é interpelado pela ideologia e ao mesmo tempo é sempre-já-sujeito, haja vista que não há origem demarcada para o funcionamento do processo de interpelação (cf. ORLANDI, 2013). Nesse viés, podemos afirmar que um bebê, ainda no período de gestação é afetado pela ideologia, pois que já produzimos sentidos sobre ele, já o identificamos com determinadas posições, constituindo-o sujeito. Nesse sentido, mesmo em fase gestacional, a criança já participa de relações sociais familiares e interage com diversas ideologias. Funciona já aí a interpelação, no sentido de que passa a compartilhar de ideologias, reconhecendo-se enquanto sujeito. Assim, a vivência em sociedade torna possível, através dos discursos, as relações com o simbólico.

A sociedade está regida por uma gama de princípios éticos, morais, religiosos, etc., estes que são aspectos intrínsecos à cultura aí representada. Segundo Orlandi (2007,

p. 30) “o homem está condenado a significar. Com ou sem palavras diante do mundo, há uma injunção à ‘interpretação’: tudo tem de fazer sentido (qualquer que ele seja). O homem está irremediavelmente constituído pela sua relação com o simbólico”.

Nesse espaço de determinações/sentidos em que o sujeito é exposto, existem diversos padrões já pré-estabelecidos para moldarem sua vida, sendo determinações de cunho religioso, profissional, de gênero e de sexualidade e outros. Diante disso, percebe-se a cultura como sendo um molde em que seus integrantes devem se encaixar. O que foge desses moldes é tido como estranho.

DaMatta (1981) afirma que a cultura, em suma, é um conjunto de regras que ditam como o mundo pode e deve ser classificado. Ele ainda coloca em pauta a problemática da hierarquização das culturas e assevera que todas as culturas são equivalentes. Para esse estudioso:

Cultura é, em Antropologia Social e Sociologia, um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas. É justamente porque compartilham de parcelas importantes deste código (a cultura) que um conjunto de indivíduos com interesses e capacidades distintas até mesmo opostas, transformam-se num grupo e podem viver juntos sentindo-se parte de uma mesma totalidade (DAMATTA, 1981, p. 2).

Apoiados na proposição do autor, apreendemos que não existem culturas inferiores e outras superiores. Entretanto, existem grupos marginalizados e é preciso lembrar que há recorrência desse tipo de interpretação. Enquanto do ponto de vista científico, se pode afirmar que não há cultura superior ou inferior, do ponto de vista das práticas discursivas há uma injunção a esse tipo de classificação. Podemos aqui em evidência as relações de poder estabelecidas entre a comunidade surda e a sociedade ouvinte, que se coloca numa posição de superioridade, enquanto o grupo minoritário (surdo) é, muitas das vezes, significado como “acultural”. Esse equívoco de perceber as comunidades surdas como “sem cultura” ou de “cultura inferior” pode ser reconfigurado quando se sabe da existência de sua língua, capaz de expressar a abstração do universo e a sua maneira de perceber o mundo através da visualidade.

Para Strobel (2008) a cultura surda é explicada como a percepção do sujeito surdo sobre o mundo e a sua capacidade de modificá-lo tornando-o acessível e habitável através de experiências visuais que corroboram para a formação da identidade surda. Ainda segundo essa autora, a cultura surda abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo.

Observemos que Strobel (2008) utiliza “povo surdo” para se referir às pessoas surdas. O termo “povo” remete ao pertencimento a uma nação, por exemplo, o povo brasileiro pertence à nação Brasil. Embora tenha correlação com o nacionalismo, “povo surdo” transcende à ideia de pertencimento territorial. Strobel (2008) explica que o termo abrange, independente da localização, todos os sujeitos que partilham da formação visual<sup>2</sup>. Com base no que afirma a autora, pode-se entender que todos os surdos do mundo experienciam de uma mesma cultura visual, ou seja, não ouvem e fazem da visualidade um sentido elementar na comunicação, um dos fatos que constitui o povo surdo. Entretanto, isso não significa homogeneidade, pois apesar de ter a formação da visualidade em comum, os surdos se identificam distintamente conforme as ideologias que os cercam, atreladas às culturas.

Para Geertz (1989), a cultura assemelha-se a uma teia de significados. As significações estabelecidas mediante a essas teias são como lentes que possibilitam os sujeitos perceberem o mundo cada um conforme a sua ótica cultural. Ao pensar a relação do sujeito surdo e sua lente (ideologias atreladas às culturas) no mundo silencioso é possível perceber que suas percepções são completamente distintas das do ouvinte no mundo sonoro, uma vez que o ouvinte tem a possibilidade de compreender o que ocorre em seu cotidiano através dos sentidos da audição e da visão, sendo nesse caso a visão um sentido secundário, pois a comunicação dos não surdos acontece pela modalidade oral-auditiva, assim a audição torna-se mais sensível e imprescindível no uso da língua oral. Já o surdo, na ausência do sentido auditivo, tem toda sensibilidade de comunicabilidade na visão, suas leituras de mundo e interpretações são feitas pela visualidade, a comunicação é exercida pela modalidade visuo-espacial. Strobel (2008) comenta que “pode haver interpretações diferentes de uma mesma situação, dos sujeitos surdos e ouvintes; os sujeitos surdos interpretam visualmente, enquanto os sujeitos ouvintes estão mais voltados para a audição” (STROBEL, 2008, p. 41).

Orlandi (1996) assinala que a interpretação é a condição para haver sentido. A autora ainda explica que “mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que as diferentes linguagens, ou as diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos” (ORLANDI, p. 9, 1996). Para a referida estudiosa, a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua. Nesse sentido, entende-se que a

---

<sup>2</sup> Termo utilizado por Strobel para designar a percepção de mundo pela visão.

ideologia, presente nas culturas surdas e materializada na língua visuo-espacial, permite a interpretação, a constituição do sujeito surdo e dos sentidos.

Pensando as obras cinematográficas como materialidade discursiva, exploraremos nesta pesquisa o filme *...e o seu nome é Jonas* (1979), que apresenta a cultura surda americana evidenciada de muitas formas, uma das quais é utilização da língua de sinais (LS). O filme mostra o modo de o surdo interpretar e significar o mundo e nele são apresentadas cenas em que as pessoas pertencentes a uma comunidade surda norte-americana conversam em LS e se divertem em um clube de surdos.

Na referida obra audiovisual é perceptível que o estabelecimento da cultura surda se dá através da utilização da LS e na interação com os “iguais”. Desse modo, é estabelecida uma forma cultural e identitária do sujeito, como expõe Strobel (2008), para quem “para o sujeito surdo ter acesso às informações e conhecimentos e para construir sua identidade é fundamental criar uma ligação com o povo surdo em que se usa a sua língua em comum: a língua de sinais” (STROBEL, 2008, p. 44).

É no movimento das relações entre o sujeito, a história e a língua, como aponta Orlandi (2013), que o sujeito é determinado e afetado pelos efeitos do simbólico. A partir dessa afirmação é pertinente a colocação de que seria questionável existir a constituição do sujeito sem que exista a exposição a uma forma de sociedade, esta que tem alicerces simbólicos que afetam os sujeitos.

O sujeito se identifica mediante aos processos ideológicos. Ele é constituído pela combinação de diversas ideologias, que também são compartilhadas com outros sujeitos, formando as identidades. No Dicionário online<sup>3</sup> de Português encontramos a seguinte definição para a identidade:

“Conjunto das qualidades e das características particulares de uma pessoa que torna possível sua identificação ou reconhecimento”

Diante desse conceito de identidade passamos a refletir acerca da constituição desses elementos que fazem parte da representação do sujeito enquanto possuidor de uma

---

<sup>3</sup> Cf. <https://www.dicio.com.br/identidade/>

subjetividade. Para o sujeito ser identificado é necessário que ele seja submetido à língua e à história, assim estará diretamente ligado com os efeitos de sentidos.

Ao nascer, o sujeito é exposto a uma língua e a uma cultura e no decorrer de suas vivências forma sua(s) identidade(s). A identidade não é construída em sua totalidade no nascimento do indivíduo. Aliás, as identidades estão em constante construção, estão sempre se moldando. É nessa perspectiva que Bauman (2005), nos estudos culturais, expõe sua teoria da identidade sem a solidez de uma rocha e assegura que não é garantida para toda a vida.

A partir dessa concepção entendemos que não existem identidades fixas, mas identidades passíveis de interferências externas e que as identidades são fragmentadas. As vivências dos sujeitos possibilitam novas interações ideológicas, podendo estas também fazer parte dos elementos constituintes de sua identidade. Em consonância com a abordagem de Bauman (2005), Hall (2006) afirma que as identidades estão constantemente em processo de mudança e transformação.

O indivíduo participante de uma determinada forma cultural tem em sua identidade aspectos intrínsecos à referida cultura; se o mesmo passar a vivenciar outros tipos de culturas ele será afetado por elas e sua identidade cultural não será mais a de outrora.

Do mesmo modo que o sujeito tem a possibilidade de ter em sua constituição diversos aspectos ideológicos de culturas distintas, ele pode ter diversas identidades. Isso remete-nos ao entendimento da formação discursiva, visto que, conforme explica Orlandi (2013, p. 42), “[...] o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”. Então, podemos alegar que as identificações dos sujeitos estão relacionadas com as formações discursivas, estas que são atreladas às ideologias, que por sua vez dão aos sujeitos a evidência das coisas ao mesmo tempo que os constituem como tais.

Dessa forma as identificações estão regidas por processos ideológicos que determinam quem é o sujeito a partir da posição assumida. Entende-se, diante disso, que, por exemplo, uma mulher que tem identidade feminina, através dos jogos do simbólico, nos processos ideológicos, pode ser identificada com outras identidades: de profissional, de filha, de militante negra, surda, dentre outras “n” possibilidades, dependendo das formações discursivas nas quais ela se inscreve.

Direcionemos essa discussão para o campo da surdez. O sujeito se apropria de discursos, este por sua vez tem conexão com o simbólico que o constitui; retomando mais

uma vez Strobel (2008), para o surdo construir sua identidade é fundamental que ele integre-se ao povo surdo. No filme, objeto de análise desta pesquisa, é mostrada a importância do uso imprescindível da língua no processo de constituição da identidade. Nele, é apresentada, de um lado, a vida de Jonas (surdo) privado da língua de sinais e os percalços em decorrência dessa falta para vida dele, inclusive nos sentidos a ele atribuídos. Por outro lado e contrastando com essa representação, também é demonstrado o surdo que integra uma comunidade surda, utiliza a LS e identifica-se enquanto sujeito surdo.

Em “... e o seu nome é Jonas”, os efeitos de sentidos do sujeito que não tem audição podem ter duas perspectivas diferentes, sendo a primeira apresentada de modo que o surdo é significado pela falta, em consequência disso é inferiorizado e atribui-se a identificação de sujeito patológico aquém do mundo exterior e de sua própria subjetividade; na segunda, expõe-se um sujeito com identidade surda que tem sua identificação atrelada ao uso da visualidade da língua de sinais, da cultura e da comunidade surda.

Segundo Hall (2006, p.106) “[...] a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completo – como algo sempre “em processo”. Ela não é, nunca, completamente determinada – no sentido de que se pode, sempre, ganhá-la ou perdê-la [...]”. Isso redundaria em dizer que a maleabilidade das identidades/identificações não é garantida para toda a vida: há interação entre o sujeito e o simbólico; e as ideologias operam o processo de constituição das identidades, sendo possíveis novas interações entre sujeito e mundo.

Delimitar o tema identidade cultural ao Brasil, na maioria das vezes, remete-nos às culturas dos estados brasileiros. Dificilmente, fala-se da cultura surda. Mas por que pouco se sabe desse tipo de cultura?

Como sabemos, a língua é fator crucial para que se estabeleça uma forma de identidade e de cultura. Na história, os sujeitos surdos foram inferiorizados, maltratados, mortos, dentre outras atrocidades; além da privação da utilização da língua de sinais, consequentemente impedido de ter sua identidade e sua cultura. Diante desses fatos os surdos viveram épocas de subalternidade.

Após sofrimentos e lutas, as comunidades surdas foram ganhando “espaço” e “voz” na sociedade. No caso específico do Brasil, há uma lei que torna oficial Língua Brasileira de Sinais (Libras). Trata-se de Lei nº 10.436, de 2002, uma das principais leis

que garantem à comunidade surda o acesso à língua de sinais, à formação acadêmica e à acessibilidade de um modo geral.

Como segunda língua oficial do país, é de se imaginar que ela fosse respeitada e entendida como instrumento cultural e identitário. Todavia, grande parcela da população ainda reproduz discursos de cunho clínico-terapêutico que se assimilam com os sentidos de surdos produzidos nos séculos passados: os surdos são anormais que precisam de normalização, ou seja, precisam assumir identidade de ouvinte.

Assim, apesar de a Libras ser uma língua oficial, muitas pessoas desconhecem-na e pensam que se trata apenas de mímicas sem possibilidade de expressar abstrações: nada mais do que isso.

Contudo, a minoritária parte da sociedade integrada às comunidades surdas passa a vivenciar uma forma cultural e identitária específicas. Strobel (2008) afirma que a identidade do ser humano é desenvolvida em contato com seu espaço cultural. Em concordância, Perlin (2004) descreve que:

As identidades surdas são construídas dentro das representações possíveis da cultura surda, elas moldam-se de acordo com o maior ou menor receptividade cultural assumida pelo sujeito. E dentro dessa receptividade cultural, também surge aquela luta política ou consciência oposicional pela qual o indivíduo representa a si mesmo, se defende da homogeneização, dos aspectos que o tornam corpo menos habitável, da sensação de invalidez, de inclusão entre os deficientes, de menos valia social (PERLIN, 2004, p.77-78 apud STROBEL, 2008, p.24).

Para Strobel (2008), a língua de sinais é uma das principais marcas da cultura surda. Nesse sentido, o sujeito surdo que é usuário da LS e tem acesso à cultura surda passa a constituir sua(s) identidade(s) surda(s) na interação com a comunidade. Em consequência disso, o sujeito tem melhor desenvolvimento, pois o indivíduo que não desenvolve uma língua está sujeito a encontrar alguns problemas em sua vida. Lane (1992) afirma que

[...] A criança surda corre então o risco de se desenvolver sem qualquer tipo de comunicação concreta, seja ela falada ou gestual. Consequentemente essa criança poderá desenvolver problemas de identidade, de adaptação emocional e até mesmo de saúde mental (LANE, 1992, p. 21 apud STROBEL, 2008, p. 50).

Assim como os sons estão para a percepção de mundo pelos ouvintes, a visualidade está para o entendimento de mundo pelos surdos. A LS é um dos alicerces da cultura surda, ela propicia os sujeitos a viverem a experiência visuo-espacial e através

disso interpretar e significar os artefatos culturais pertencentes a essa cultura. Acerca desses artefatos, Strobel (2008) explica que eles

[...] não são só formas individuais de culturas materiais, ou produtos definidos da mão- de-obra humana; também podem incluir “tudo que se vê e sente” quando se está em contato com a cultura de uma comunidade, tais como materiais, vestuário, maneira pela qual um sujeito se dirige a outro, tradições, valores e normas, etc (STROBEL, 2008, p.37).

A própria língua de sinais constitui-se um dos artefatos que se refere à experiência visual. Além desse artefato cultural, segundo Strobel (2008), pertencem à cultura surda os artefatos da literatura, que englobam as produções surdas, como a poesia em língua de sinais; da família, que concernem às relações de crianças surdas nascidas em famílias ouvintes e crianças ouvintes nascidas em famílias surdas; da política, que se referem às lutas militadas pela comunidade surda em busca de seus direitos na sociedade; das artes visuais, que são as produções artísticas, por exemplo, o teatro etc; dentre outros.

Em relação ao artefato político, para as comunidades surdas brasileiras alcançarem êxito em seus anseios, foi necessária a organização de associações, início da resistência política dos surdos, pois a predominância ouvinte sempre impôs a submissão social.

Inicialmente as associações de surdos eram empenhadas a ajudar em casos de doenças, desemprego e algumas atividades de incentivo. Na conjuntura atual, entretanto, as comunidades surdas têm como prioridade a militância em prol dos direitos judiciais e da cidadania dos sujeitos surdos: “Para o movimento surdo, contam as instâncias que afirmam a busca de direito do indivíduo surdo em ser diferente em questões sociais, políticas e econômicas que envolvem o mundo do trabalho, da saúde, da educação, do bem-estar social” (PERLIN, 1998 apud STROBEL, 2008 , p. 75). A Federação Nacional da Educação de Surdos (FENEIS) é uma dessas entidades que corroboram para o empoderamento das comunidades surdas brasileiras, uma vez que tem como um de seus objetivos a luta em defesa dos direitos da comunidade surda.

Strobel (2008) relata algumas das lutas e conquistas do povo surdo através de posicionamentos políticos, discorrendo acerca do anseio da comunidade surda quanto à pedagogia surda, que diz respeito ao ensino de crianças ministrados em língua de sinais por professores surdos, o que garante a interação entre os “iguais”, imersos na mesma língua e cultura, possibilitando a constituição da subjetividade da criança surda; da

conquista da oficialização da Libras; e da conquista da comemoração do “dia do surdo” (dia 26 de setembro). Sobre essa última conquista, Moura (2002) comenta:

O dia do Surdo tem um significado simbólico muito importante. Ele representa o reconhecimento de todo um movimento que teve início há poucos anos no Brasil quando o Surdo passou a lutar pelo direito de ter sua língua e sua cultura reconhecidas como uma língua e uma cultura de um grupo minoritário e não de um grupo de “deficientes” (MOURA, 2002, p.11 apud STROBEL, 2008, p. 76).

Foi a partir das necessidades linguísticas, culturais, indentityárias das comunidades surdas que lutas foram travadas em busca de reconhecimento e valorização de suas diferenças. Diante da prática política dos surdos, percebe-se o sucesso em algumas demandas, no entanto ainda existem muitas barreiras a serem sanadas. Ainda existe resistência de ideologias oralistas sobre os sujeitos surdos, compreendidos aí como inferiores à maioria.

Podemos destacar a oficialização da Libras como uma das vitórias mais consagradas das comunidades surdas. No entanto, ainda existem discussões que giram em torno de como o surdo deve ser educado. Em 2010, por exemplo, ganhou relevo um debate em que de um lado posicionaram-se os militantes das comunidades surdas defendendo a escola bilíngue em que os sujeitos teriam “[...] pleno desenvolvimento linguístico, cognitivo, emocional, psíquico, social e cultural [...] garantindo o acesso à educação bilíngue- utilizando a Língua Brasileira de Sinais e a língua portuguesa” (CAMPELO, REZENDE, 2014, p. 74); e do outro lado o MEC, que percebia a filosofia bilíngue uma ferramenta de segregação e defendia a escola inclusiva, ou seja, os surdos inclusos em classes regulares de ouvintes. O governo posicionou-se percebendo o sujeito surdo como deficiente não o enxergando pelo viés antropológico com cultura específica e identidades provenientes dela. Nesse debate, estava em jogo a possibilidade de fechamento do colégio de aplicação do INES. Sobre essa questão, Campelo e Rezende (2014) relatam as lutas das pessoas surdas contra a ideologia dos opositores, nesse caso o próprio MEC, que não compreendia a singularidade dos surdos, conforme se pode perceber pela fala de Martinha Claret, Diretora de Políticas Educacionais Especiais do MEC:

Do ponto de vista da educação inclusiva, o MEC não acredita que a condição sensorial institua uma cultura. As pessoas surdas estão na comunidade, na sociedade e contrapõem a cultura brasileira. Nós entendemos que não existe cultura surda e que esse é um princípio segregacionista. As pessoas não podem

ser agrupadas nas escolas de surdos porque são surdas. Elas são diversas. Precisamos valorizar a diversidade humana (CLARET, 2010, p. 23 apud CAMPELLO, REZENDE, 2014, p. 78).

Segundo Campello e Rezende (2014) o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) foi ameaçado de ser fechado e os alunos surdos serem remanejados para escolas regulares. Diante disso, surdos que militam pela causa da educação bilíngue começaram a promover mobilizações que tiveram grande repercussão:

[...] não desistimos da mobilização para a passeata histórica em Brasília. Muitos vídeos foram produzidos por vários líderes surdos, pelo país todo, e também foi criado um abaixo-assinado intitulado “Em defesa da Educação de Surdos no INES”, com coleta de assinaturas on-line e em papel, além de publicações em jornais de grande renome para que houvesse um impacto significativo (CAMPELO, REZENDE, 2014, p. 76).

A comunidade surda brasileira recusa a posição de inferioridade política e, mediante as mobilizações, expressam a indignação de não poder usufruir dos seus direitos, sendo estes sufocados pelas ideologias que anulam a autonomia dos surdos.

Nós, os surdos, não queremos ser tutelados, queremos o exercício da liberdade pela forma e escolha linguística e cultural condizente com o nosso modo de viver e experienciar, de sermos surdos, diferente dos ouvintes. Somente nós, surdos, que sabemos o que é melhor para nós, da forma como precisamos ser educados, da forma como precisamos aprender, que é pela instrução direta em nossa língua de sinais, língua soberana da comunidade surda, que ajuda na formação da “Identidade Linguística da Comunidade Surda”, como garante e expressa a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009) (CAMPELO, REZENDE, 2014, p.78).

Observemos que os posicionamentos apresentados remetem-nos ao Congresso de Milão, evento histórico a comunidade surda internacional, em que os ouvintes com soberania determinaram como deve acontecer a educação de surdos. Não existe democracia para o surdo decidir o que é melhor para si, “é como se a racionalidade fosse como uma faculdade ausente nos surdos, vistos como incapazes de se autoconduzir; conseqüentemente o ouvintismo é assumido – pelos ouvintes, é claro... – como salvo-conduto para ações tutelares” (LOPES, VEIGA-NETO, 2011, p.10 apud CAMPELLO, REZENDE, 2014, p. 78).

Campello e Rezende (2014) alegam ainda que, através do posicionamento político dos surdos, após muitas lutas no Congresso Nacional acompanhando o Plano Nacional de

Educação (PNE), foi aceita, em 2014, a redação do PNE em defesa da escola bilíngue, a qual foi sancionada pela Presidenta Dilma Rouseff.

Apesar das conquistas, as comunidades surdas do Brasil seguem na luta em defesa da educação de surdos que contemple as demandas dessa comunidade. Atualmente, ainda existem divergências concernentes à educação bilíngue.

Agora que já relatamos fatos que estão associados à prática política dos surdos, discutiremos acerca dos artefatos culturais das artes visuais, esta que ocasiona a exposição das expressões, emoções e a cultura do povo surdo.

Com relação a isso, frisamos as produções cinematográficas que abarcam a surdez apresentando a LS e a cultura surda. No Brasil temos alguns surdos que produzem curtas-metragens e alguns documentários em Libras, porém pouco conhecidos fora das comunidades surdas.

A mídia brasileira não colabora muito na propagação da Libras e da cultura surda: a maioria dos programas de TV não têm janela de intérprete de Libras, pouco se fala sobre a língua de sinais, não existem surdos atuando em canais de televisão que tenha audiência, não existem produções cinematográficas que abordem a surdez ou apresentem personagens sinalizantes. A mídia está estritamente empenhada na produção de conhecimento e entretenimento para o público ouvinte. Esses são alguns dos fatores que corroboram para que a identidade cultural surda não seja conhecida por grande porcentagem da população brasileira.

Esses aspectos sustentam a afirmação de que o comentário de Freeman, Carbin e Boese (1999) está em discrepância com a realidade do Brasil. Para eles a LS está ganhando espaço através da mídia. Esses autores afirmam que “[...] os noticiários são interpretados, candidatos presidenciais aprendem alguns sinais, pessoas que usam sinais são mostradas na televisão nos programas para adultos e crianças [...]” (FREEMAN, CARBIN, BOESE, 1999, p.221 apud STROBEL, 2008, p.77-78).

Em se tratando dos EUA podemos apresentar algumas obras cinematográficas que intensificam a American Sign Language (ASL) e que representam o modo como o sujeito surdo se comporta frente ao mundo sonoro. Filmes como: Mr. Holland – Adorável professor (1995), Depois do silêncio (1996), O milagre de Anne Sullivan (1962), Filhos do silêncio (1989), Som e fúria (2000), Nada que eu ouça (2008), A órfã (2009), Hush (2016). Além desses longas supracitados ainda temos no acervo americano uma gama de filmes que evidenciam a existência da ASL e de sua respectiva cultura. Em obras dos

mais variados gêneros existem a protagonização ou participação de personagens surdos nas produções americanas.

Um dos motivos que direcionou esta pesquisa para o cinema americano foi justamente a falta de obras cinematográficas que representem a cultura surda no Brasil, ou seja, o olhar para o cinema estadunidense é consequência das poucas obras audiovisuais brasileiras sobre surdez e dos poucos trabalhos científicos sobre esses materiais. Entre os poucos trabalhos que tratam de filmes brasileiros sobre a surdez, o trabalho de conclusão de curso “O discurso sobre o surdo e a surdez no cinema brasileiro: silenciamento(s) e circulação de sentido(s)”, de autoria de Marilza Maia dos Santos Oliveira (2017).

A inquietação de Oliveira (2017) com relação à exclusão dos surdos na sociedade brasileira, apesar do reconhecimento da Libras, leva-a a perceber a existência da hegemonia ouvinte que priva os surdos de participarem do entretenimento tecnológico, uma vez que as redes televisivas não propiciam recursos de acessibilidade para os sujeitos surdos. A autora reflete sobre a praticidade que crianças e adultos ouvintes têm em relação às programações televisivas e cinematográficas. Diante disso, objetivou, em seu trabalho, saber o modo pelo qual a surdez e a língua de sinais são significadas em produções cinematográficas brasileiras. Para tanto, Oliveira (2017) propôs uma análise do documentário “Travessia do silêncio”, dirigido por Dorrit Harazim e lançado em 2014. O trabalho de investigação teve como suporte teórico o dispositivo analítico da AD.

Durante a análise a estudiosa verifica os discursos presentes no documentário, percebendo a circulação de sentidos ouvintistas. Ao concluir a análise, Oliveira (2017) alega que “[...] nosso gesto analítico deu visibilidade ao gesto de interpretação do documentário, o qual recorta do interdiscurso sentidos que associam a surdez à deficiência e não à diferença, à anormalidade e não à normalidade” (OLIVEIRA, 2017, p. 57). Segundo a autora os surdos entrevistados no documentário reproduzem discursos inscritos na ideologia ouvintista demonstrando que essa posição

[...] ratifica a ideia errônea de que para ser aceito pela sociedade, para ser profissionalmente bem-sucedido, o sujeito tem que ser ouvinte, tem que se comunicar através da língua oral. O documentário reforça essa ideia quando dá mais visibilidade ao procedimento clínico para os sujeitos surdos e o apagamento a identidade e cultura surda (OLIVEIRA, 2017, p. 57).

Oliveira (2017) ainda salienta o apagamento da identidade e da cultura surda no documentário, pois a maioria das famílias entrevistadas na produção cinematográfica são ouvintes, ou seja, expressão opiniões de pais de surdos que não participam da comunidade surda, não conhecem a língua de sinais nem a cultura surda.

Diante do que expôs a autora, podemos afirmar que a ausência de sujeitos surdos participantes das comunidades surdas brasileiras desencadeou uma rede de discursos circunscritos em formações discursivas oralistas, assim ocasionando o silenciamento dos sentidos de normalidade desses sujeitos, enfatizando o sentido de anormalidade atribuído a ele. Nesse sentido, a materialidade discursiva do documentário torna-se um disseminador de ideologia oralista.

O cinema é um instrumento comunicativo que abrange o universo audiovisual e tem o artifício de provocar indagações e reflexões ao público. Em todas as produções existem ideologias implícitas ou explícitas que fortalecem determinados sentidos. Desse modo, as mídias audiovisuais constituem-se como uma ferramenta que tem o papel de (re)produzir ideologias.

Entendendo as produções cinematográficas como materialidade discursiva, podemos dizer que elas têm a capacidade de apresentar uma nova realidade ao público, no sentido de que o cinema colabora para a reprodução e transformação de sentidos; é capaz de desconstruir paradigmas ou construí-los, e perpetuá-los, através das ideologias. Assim, pode-se assegurar que o cinema, compreendido como material discursivo-ideológico, tem o poder de persuadir através dos discursos nele materializados.

No mundo ficcional existe uma transposição do real para o imaginário, ou seja, a trama está circunscrita a um dado contexto histórico que é imprescindível para a produção cinematográfica. Desde à Antiguidade, os surdos travam um grande percurso de lutas para ocupar espaço na sociedade, empenhados a resistirem o enquadramento de significações (deficiência, anormalidade, limitação, incapacidade) que a sociedade ouvinte lhes impôs, inclusive, muitas das vezes no cinema. Os sujeitos surdos militam para que sua diferença seja respeitada nas instâncias sócio-político-culturais. No que tange às ficções americanas que abrangem a surdez, tendo em vista que são narrativas elaboradas por pessoas ouvintes, como vem sendo representado o sujeito que “não ouve”? Pela diferença ou pela deficiência? As obras fílmicas trazem consigo injunções às determinadas formas de sentidos, por exemplo, sentidos sobre a surdez. Nesse caso, quais os sentidos que circulam nessas obras?

O artigo de título “As representações no cinema a partir do entrecruzamento das categorias gênero surdez” de Sandra da Silva Careli (2010) apresenta um estudo acerca das representações da surdez em obras fílmicas em um recorte de tempo entre 1910 à contemporaneidade. Nesse estudo, a autora identificou 226 filmes produzidos no período delimitado, dos quais 103 são produções norte-americanas e apenas 8 são produções brasileiras. Isso reflete o quanto o Brasil se encontra “acomodado” no que se refere à expansão de conhecimento acerca da existência do sujeito surdo e suas peculiaridades na mídia.

Careli (2010) identificou que é possível encontrar produções de curtas e longas metragens relacionadas à surdez nos seguintes gêneros: drama, romance, documentário, comédia, animação, ação, policial, ficção, suspense, western e terror. A autora afirma que temáticas surdas são mais recorrentes no gênero drama.

Diante do exposto, Careli (2010) destaca que os EUA e a França são os países com mais narrativas dramáticas sobre o surdo. Nos EUA, a primeira ideia de representação é a superação da deficiência pela cura ou adaptação, aspectos médicos ou o aprendizado da língua de sinais; a segunda ideia de representação é a do sujeito surdo como criminoso, ameaçador, com transtornos da psique ou defasagens sociais das mais diferentes ordens; a terceira representação diz respeito ao preconceito associado à surdez. Segundo a autora, os temas menos recorrentes em obras americanas sobre a surdez são: homossexualidade, aberração/curiosidade social, conflito pessoal com a não normalidade, incesto, diferenças culturais entre surdos e ouvintes. Na França, as produções fílmicas denotam positividade à surdez. A primeira representação apresenta a língua de sinais como instrumento social para estar no mundo e não como veículo de adequação ao meio social; a segunda forma de representação representa o surdo como sujeito autônomo; a terceira ideia consiste no conflito pela não adequação aos papéis de normalidade. As obras francesas apresentaram menos produções envolvendo surdos em pedofilia, vitimização, exploração por ouvintes, criminalidade, preconceito social e superação.

A pesquisa aqui ressaltada apresenta as produções fílmicas em dois momentos díspares. No período de 1910 à 1937 a surdez é representada de modo que a visão médica se sobressai, busca-se a cura do indivíduo surdo. Já o segundo período, que abrange os anos de 1937 à contemporaneidade, diz respeito à simultaneidade da perspectiva protética/médica com a perspectiva culturalista.

Já no artigo intitulado “A Representação da surdez no cinema contemporâneo”, Marcos Medeiros Dantas e Fátima Inês Wolf de Oliveira (2017) mapeiam e exploram a representação da surdez no cinema desde o século XX à contemporaneidade.

Para a execução do trabalho os autores delimitam as investigações em 14 filmes estrangeiros produzidos entre 1980-2010 que tratam da surdez em diferentes perspectivas, com o objetivo de identificar os fatores que afetam o modo de representação da surdez no cinema. Foram analisados filmes representativos das décadas de 80 e 90 que apresentam a surdez e as implicações socioculturais recorrente dos respectivos períodos:

- 1- Amy: Uma vida pelas crianças (1981)
- 2- Filhos do Silêncio (1986)
- 3- Lágrimas do Silêncio (1988)
- 4- Gestos de amor (1993)
- 5- O Piano (1993)
- 6- Mr. Holland: Adorável Professor (1995)
- 7- A Música e o Silêncio (1999)

Também foram analisados filmes representativos da década de 2000 que abordam a surdez de maneira indireta, não a tendo como foco principal:

- 1- Som e Fúria (2001)
- 2- Querido Frankie (2004)
- 3- Tudo em Família (2005)
- 4- Babel (2006)
- 5- Sangue Negro (2007)
- 6- A órfã (2009)
- 7- Up – Altas Aventuras (2009)

A pesquisa de Dantas e Oliveira (2017) gira em torno da questão da representação da surdez em filmes de duas faixas temporais e permite-nos compreender que enquanto outrora o foco da representação era a deficiência, contemporaneamente já há produções que em que a surdez deixa de ser o foco da questão, sendo vista de modo mais natural, e também deixa de ser vista como deficiência. Segundo os autores os filmes das décadas de

80 e 90 apresentam a surdez como sinônimo de incapacidade, não sendo esta discutida epistemologicamente, mas biológica e audiológicamente.

A análise dos filmes foi feita à luz dos estudos de Foucault e dos estudos culturais, os autores concluíram que:

As formações discursivas sobre os surdos presentes nos filmes analisados são derivadas de saberes que, em geral, falam de sujeitos patológicos, anormais, sujeitos a corrigir. Como todo o saber deriva de uma vontade de poder, o saber ouvinte presente nas representações e nos discursos sobre a surdez e os surdos é resultado de uma vontade de controle sobre os surdos, para manter uma espécie de hierarquização ou supremacia dos que ouvem sobre os que são surdos, sustentando os binarismos inventados pela modernidade (DANTAS; OLIVEIRA, 2017, p. 50).

As relações de poder entre surdos e ouvintes têm grande relevância no que diz respeito à reprodução da realidade no cinema, pois a sociedade organiza-se de modo que os surdos continuam, talvez de modo mascarado, subalternizados pela maioria ouvinte que dita como o sujeito que não tem experiência auditiva deve ser representado.

No trabalho “Diferença Cultural: análise da Surdez no Filme Babel”, Machado e Monteiro (2012) concordam que o filme Babel (2006) tem uma abordagem em que a surdez como deficiência aparece em segundo plano. Para os autores a obra cinematográfica apresenta a surdez como uma diferença, uma vez que estão presentes aspectos culturais do surdo, a personagem surda é apresentada como qualquer outra pessoa que vive os conflitos comuns aos jovens, acontecimentos relacionados ao sexo, etc.

No artigo “Do silêncio social às telas do cinema: a representação da surdez no filme Black”, Flaviana de Figueiredo Silva (2016) explora o filme “Black” (2005) com o objetivo de identificar quais representações sobre a surdez são apresentadas no longa. Para a execução do trabalho foram selecionadas algumas cenas consideradas mais pertinentes à análise. Após analisar as cenas, a autora concluiu que a surdez é apresentada como um fardo pesado e o surdo como alguém que precisa de reparo, ou seja, como defeituoso. Para a autora, a surdez é revelada na figura de animal, os surdos são significados como anormais e subordinados aos ouvintes.

Diante dessa hierarquização histórica entre surdos e ouvintes, o cinema, muitas vezes, tende a reproduzir e propagar a deficiência mesmo quando “prega” a diferença. Trata-se da identificação de ideologias oralistas que perpetuam até a contemporaneidade.

#### 4. OUVINDO O SILÊNCIO: SENTIDO(S) PARA SURDO, SURDEZ E LÍNGUA DE SINAIS EM ...E O SEU NOME É JONAS

*“Então, ao invés de pensar o silêncio como falta, podemos, ao contrário, pensar a linguagem como excesso”*

(ORLANDI, 2007, p. 31).

Iniciamos essa seção fazendo uma reflexão acerca do antagonismo que existe entre o silêncio e o som. Se nos basearmos no senso comum, diremos que o silêncio designa a ausência de som, sendo, portanto, o seu oposto. Seguindo essa linha de abordagem, o silêncio pressupõe uma falta de comunicação. Assim, silêncio aí significa sanar o barulho, significa ausência de palavras, ausência de significação. Significa vácuo.

Por outro lado, o silêncio pode ser compreendido como matéria simbólica e histórica, portanto como materialidade significativa que produz sentido (cf. ORLANDI, 2007). Nessa perspectiva, compreende-se que não há sentido sem silêncio e que “[...] o silêncio não é apenas um acidente que intervém ocasionalmente: ele é necessário à significação” (ORLANDI, 2007, p. 45).

Esse pequeno preâmbulo sobre perspectivas para compreensão do silêncio interessa-nos justamente porque som e silêncio são duas formas de significação que estão atreladas aos sentidos de audição e surdez. O que nos chama atenção, entretanto, é o deslocamento operado pela AD ao tomar o silêncio como forma de significação, o que nos permite chegar à compreensão da surdez não como ausência de som, mas como presença de sentidos. É a essa compreensão do silêncio que tentamos dar consequência em nosso gesto analítico.

Orlandi (2007) afirma que o silêncio é o elemento significativo da linguagem, aliás, sem ele não há sentidos. A autora categoriza o silêncio como fundante, pois “para falar, o sujeito tem necessidade de silêncio, um silêncio que é fundamento necessário ao sentido e que ele reinstaura falando” (ORLANDI, 2007, p. 68). Assim, o silêncio “é o ‘lugar’ que permite a linguagem significar” (ORLANDI, 2007, p. 68). A partir desse conceito de silêncio, entende-se que a significação transcende as palavras e o som. Nesse sentido, quando as palavras são postas nesse espaço de significação (no silêncio), temos aí uma série de sentidos em funcionamento. Ainda a respeito do silêncio fundador, a autora declara que está aí “[...] um dos aspectos da polissemia: mais se diz, mais o silêncio

se instala, mais os sentidos se tornam possíveis e mais se tem ainda a dizer” (ORLANDI, 2007, p. 69).

Diante do exposto compreende-se que quando o sujeito diz ele precisa imprescindivelmente do silêncio para significar. No momento em que o sujeito assume uma posição discursiva e diz o que lhe é permitido estando nessa posição, ele deixa de dizer outras coisas. Inconscientemente, ele deixa outros sentidos em circulação no silêncio. O silêncio frente à palavra denota sentidos outros, estes que podem ser divergentes e contraditórios.

Propomos nesse trabalho justamente o exercício de ouvir o silêncio, o silêncio que berra pelas mãos do surdo. Propomos pensar os significados da surdez confrontando a dimensão simbólica do silêncio frente ao autoritarismo da palavra tendo como material de análise o filme *...e o seu nome é Jonas*.

Como já referido na introdução dessa pesquisa, o filme foi lançado em 1979, sendo uma produção para a exibição na TV. Esse telefilme retrata inúmeras barreiras comunicativas enfrentadas por Jonas quando este é diagnosticado com surdez, sendo submetido a diversos métodos para “superação” da mesma. Diante disso, é mostrado como o diagnóstico da surdez afeta a família de Jonas, causando conflitos. A mãe do menino busca a melhor forma de comunicação e socialização para ele.

Apesar de o filme ser lançado no final da década de 1970, atualmente ele tem, no Brasil, grande circulação nos cursos de Libras. Isso porque, no filme, existe uma gama de elementos que interessam aos estudiosos de línguas de sinais, como, por exemplo, a tensão que se estabelece entre o oralismo e o bilinguismo.

A escolha do filme levou-nos à uma maratona em busca de materiais que pudessem dar-nos a dimensão das condições de produção e de circulação da película. No entanto, não conseguimos encontrar material disponível na rede a esse respeito. A escassez de material resulta, provavelmente, do fato de o filme ter sido produzido em uma época em que não havia demasiada divulgação dessas produções.

Em contraposição à escassez de material da época sobre a produção e circulação do filme, chamou-nos atenção a grande quantidade de sites que reproduzem dizeres sobre o filme, o que, em nossa perspectiva, evidencia o funcionamento de uma regularidade que marca um sintoma (da compreensão) da relação entre linguagem e surdez em dias atuais. Referimo-nos ao retorno da relação entre surdez e racionalidade que circula nas várias sinopses desse filme encontradas em diversos sites na Internet.

**sky cinema**

Home Find a movie Disney Listings

# And Your Name Is Jonah [Share](#)

1979 | Running time: 95 min | Certificate

Drama sobre um menino surdo de sete anos que é diagnosticado erroneamente como sendo mentalmente retardado. Estrelando Sally Struthers, James Woods, Jeffret Bravin.

## Synopsis

Drama about a deaf seven-year-old boy who is wrongly diagnosed as being mentally retarded. Starring Sally Struthers, James Woods, Jeffret Bravin.

**moviefone** find it. watch it. search movies, theaters, zip codes & more

MOVIE TIMES & TICKETS MOVIES TV NEW ON DVD VIDEOS

# And Your Name Is Jonah (1979)

amazon Get it on iTunes Watch Online

Release Date: 1979

Not Yet Rated | 1 hr 40 min

### Plot Summary

Because of a misdiagnosis, a deaf young boy named Jonah (Jeffrey Bravin) has been classified as mentally handicapped and is institutionalized. Jonah's parents, Danny (James Woods) and Jenny (Sally Struthers), are shocked at this realization, and so make efforts to open communication and develop a relationship with their child. Their patience is tested not only by their withdrawn son, but by his doctors who are not convinced he's deaf and consider him better off institutionalized.

Por causa de um diagnóstico errado, um jovem surdo chamado Jonah (Jeffrey Bravin) foi classificado como portador de deficiência mental e é institucionalizado. Os pais de Jonah, Danny (James Woods) e Jenny (Sally Struthers), ficaram chocados com essa realização e, portanto, fazem esforços para abrir a comunicação e desenvolver um relacionamento com seus filhos. Sua paciência é testada não só pelo filho retirado, mas por seus médicos que não estão convencidos de que ele é surdo considera-o melhor institucionalizado.

*PaperAp.com*

PLAGIARISM CHECKER   FLASHCARDS   ABOUT

## And Your Name Is Jonah

*Topic: Movie*

No filme, *E seu nome é Jonah* (1979), há uma família que está atravessando alguns tempos difíceis. Jenny e Danny Corelli (pais de Jonah) são vistos entrando em uma instituição para pegar seu filho, Jonah. Houve alguma confusão no diagnóstico; Parece que Jonah foi diagnosticado como mentalmente retardado. Jenny continuou questionando e questionando se o novo diagnóstico estava de fato correto e ficava atônito. Eles não podiam acreditar que Jonah estivesse na instituição por três anos por ser mentalmente retardado.

In the movie, *And Your Name Is Jonah* (1979), there is a family that is going through some tough times. Jenny and Danny Corelli (Jonah's parents) are seen walking into an institution to pick up their son, Jonah. There had been some confusion on the diagnosis; it appears that Jonah was diagnosed as mentally retarded. Jenny kept questioning and questioning if the new diagnosis was in fact correct, and was just dumbfounded. They could not believe that Jonah had been in the institution for three years for being mentally retarded.

Esses três recortes, retirados respectivamente dos sites Sky<sup>4</sup>, Movie Fone<sup>5</sup> e Paperap<sup>6</sup>, são, assim, uma condensação dos muitos dizeres sedimentados e repetidos sobre a surdez. Ao enfatizar o erro do diagnóstico médico dado a Jonas, essas repetições marcam a injunção à interpretação da surdez como patologia mental e materializam uma compreensão da língua (oral) como elemento indicador da racionalidade que identifica o homem como animal simbólico e político, isto é, como sujeito de linguagem. Eis aí o retorno do discurso patológico, o qual significa, em dominância, a surdez.

Assim, podemos compreender que esse discurso se inscreve em uma FD na qual a surdez denota ausência de racionalidade. Diante disso, percebemos que o fato de a pessoa não ouvir e não se expressar através do aparelho fonador, como a maioria o faz, é motivo para lhe ser atribuída a falta de consciência, ou seja, a surdez passa a ser significada como a marca que caracteriza a ausência de mentalidade.

<sup>4</sup> Cf. <http://www.sky.com/tv/movie/and-your-name-is-jonah-1979>

<sup>5</sup> Cf. <https://www.moviefone.com/movie/and-your-name-is-jonah/20045343/main/>

<sup>6</sup> Cf. <https://paperap.com/paper-on-and-your-name-is-jonah/>

Os sentidos de surdez evidenciados pelas sinopses apagam a relação de Jonas com a língua de sinais, bem como sua delicadeza e perspicácia frente às descobertas que faz do mundo à sua volta. Para produzir um contraponto a essas sinopses, propomos duas outras formulações que condensariam a sinopse dos filmes, sem, contudo, pôr em evidência essa relação entre surdez e loucura.

O filme conta a história de Jonas, uma criança surda que é submetida a diversos métodos com o objetivo de desenvolver a comunicação oral. No entanto, a vida do menino começa a mudar para melhor quando sua mãe, Jenny, conhece a comunidade surda e percebe que o garoto deve aprender língua de sinais.

O filme conta a história de um menino surdo chamado Jonas. Em sua vida estão presentes diversas barreiras por causa da falta de comunicação. A família do menino vive um drama frente à dificuldade para se comunicar com ele. Jonas passa a ser compreendido por sua família, quando começa a participar da comunidade surda e aprende língua de sinais.

No imaginário social, a “comunicação natural” dita normal se dá através da oralidade. Assim, quando um sujeito não utiliza uma língua oral para se comunicar, mas utiliza outros recursos para estabelecimento da comunicação, ele é anormalizado pela sociedade que exerce a linguagem considerada “genuína” dos humanos.

É exatamente isso que é refletido nos relatos do diagnóstico errôneo de doença mental enfatizado em diversos sites sobre o filme: a não compreensão de outro tipo de comunicação que não seja exercida pela oralidade. Nesse sentido, a ausência de oralidade/oralização direciona os sentidos para a animalização de Jonas, uma vez que a língua (oral) é tida como característica que determina a capacidade de raciocínio do homem diferenciando-o dos animais irracionais<sup>7</sup>. Isso decorre da incompreensão da surdez como marca que diferencia, mas que não diminui o ser humano, e da língua de sinais como marca cultural e identitária que promove a organização da razão presente no sujeito com surdez, mesmo quando utiliza uma comunicação básica em sinais (sinais caseiros).

---

<sup>7</sup> Cf. <https://educacao.uol.com.br/bancoderedacoes/redacao/ult4657u133.jhtm>

O sentido de surdez materializado nas três sinopses é também um dos quais circulam no filme, marcando posições conservadoras sobre a relação de Jonas com o resto da sociedade. Isso pode ser evidenciado em cenas como aquela em que Jonas, aprendendo a andar de bicicleta, leva um tombo e quase é atropelado; ou mesmo aquela em que ele tenta jogar beisebol.

No telefilme *...e o seu nome é Jonas* podemos perceber posições que revelam a tensão entre duas formações discursivas diferentes: uma que defende a língua de sinais como a língua que deve ser utilizada por Jonas, sendo ela o meio pelo qual Jonas compreenderá o mundo e interagirá com ele. Essa posição percebe o surdo pela diferença. A outra FD defende o método oralista em que a prática da fala é valorizada, sendo esta considerada a solução inquestionável para uma suposta cura da surdez. Nesse sentido, a surdez é percebida como marca de anormalidade que precisa ser corrigida para o estabelecimento da normalização, ou seja, tornar o sujeito surdo um ouvinte. É importante salientar que a relação entre as FDs não é apenas de oposição. Há confronto e desse confronto resulta sobredeterminações ideológicas.

Conforme já nos aponta Orlandi (2013), os sujeitos e os sentidos são construídos ideologicamente. A autora ainda afirma que os discursos retomam sentidos já materializados em outros lugares. A esse respeito, lembremos que, quando se trata de sentidos sobre a surdez e os surdos, temos que desde a Antiguidade, segundo aponta Goldfeld (2002), esses sujeitos são comparados com as pessoas consideradas normais, sendo em seguida vistos como anormais. Logo, o surdo é percebido pela ausência daquilo que a maioria tem: a audição. Na atualidade, os surdos continuam submetidos a comparações com certa construção social de normalidade do ser humano. Como consequência, surdos são impostos à uniformização tendo como modelo pessoas ouvintes. A esse respeito Thoma (2002) explica:

Ao longo de séculos os surdos têm sido fixados em lugares de subjugação, inferioridade e primitivismo, narrados sob parâmetros de configurações binárias de normalidade e anormalidade. Entre os tantos investimentos na fixação do outro surdo como um anormal a ser normalizado encontramos, hoje, a proposta de cura definitiva da surdez através de cirurgias colocadas pelo discurso biomédico e tecnológico (THOMA, 2002, p 58).

Conforme a autora apresenta, podemos afirmar que a normalidade e a anormalidade podem ser entendidas como, respectivamente, a aceitação do surdo pela cultura visual e a atribuição do defeito a esse sujeito, oferecendo-lhe o “antídoto”: a

privação de viver pela visualidade, quando se trata de um surdo que defende a língua de sinais.

Quando o sujeito não ouve, ele lida, como consequência disso, com suas percepções de mundo de um modo peculiar: usando a visão. Os ouvintes apreendem o mundo principalmente pela audição e também pela visão, no entanto com os surdos a principal via de informações é através da visualidade. Desse modo, esse sentido torna-se potencializado. Dito isso, podemos expor que, segundo Strobel (2008) é a experiência visual dos surdos que permite que eles compreendam os acontecimentos em seu cotidiano. Diante disso, é constituída a cultura surda que é representada pela língua de sinais, um dos principais artefatos culturais da cultura surda.

Retornando à questão da disputa de sentidos sobre a surdez, lembremo-nos que Orlandi (2007, p.158) afirma que a relação do sujeito com a linguagem é baseada na tensão entre processos parafrásticos e processos polissemicos. “A polissemia, *nessa perspectiva*, é função do silêncio, pois ele permite a relação – ainda que indireta e sempre mediada – do sujeito com o interdiscurso (a exterioridade). Relação que produz indistinção, instabilidade e dispersão”.

A contradição que alicerça o conceito de cultura visual resulta da tensão entre paráfrase e polissemia e do confronto entre formações discursivas distintas. Referimo-nos ao fato de a militância surda rechaçar a representação de sua identidade pela “ausência da audição” ao mesmo tempo em que, ao definir sua identidade pela visualidade, o faz levando em consideração justamente a ausência da audição. Uma possível justificativa que podemos conjecturar em relação à “dependência” da falta de audição para vivenciar a visualidade é a constituição social, ou seja, quando a sociedade é composta majoritariamente por pessoas ouvintes, nela existem ideologias que entrelaçam os sujeitos a crerem no fato de que para ser um “sujeito visual” precisa-se considerar a falta da audição, isso significa não ouvir para ter percepções aguçadas estritamente pela visão. No Brasil, por exemplo, temos o contraste entre surdo e ouvinte, normal e anormal, mesmo quando se quer justificar a visualidade pelo viés cultural temos sentidos que recaem na FD da visão clínica da surdez.

Diante do exposto, seria possível ter uma formação visual sem a imprescindibilidade da ausência da audição? Para refletirmos sobre essa questão tomamos como pressuposto que os sentidos de surdo associados à deficiente, à anormal e de ouvinte à normal são convencionados socialmente. Nessa perspectiva, podemos afirmar que uma forma de sociedade constituída por surdos e ouvintes que tem a língua de sinais como

naturalizada, em que todos a utilizam sem estabelecem hierarquias entre surdos e ouvintes, tratar-se-ia de uma sociedade que tem uma formação visual sem ter a ausência de audição como condição de sustentação da visualidade. Pizzio, Rezende e Quadros (2010) comentam a singularidade da Ilha de Martha's Vineyard, nos Estados Unidos, da vila maia Yucatec, no México, e da vila Desa Kolok, na ilha de Bali, Indonésia. Em todos esses lugares, a língua de sinais é adquirida naturalmente e surdos e ouvintes convivem harmoniosamente, sobretudo linguisticamente. Nessas sociedades, sinalizar não se confunde com anormalidade ou estranhamento, pois todos partilham da mesma forma de comunicação. Diante disso, podemos pensar esses casos como indícios de que nesses lugares é possível construir uma cultura visual sem necessariamente não ouvir.

É nítido que, na concepção de Strobel (2008), a cultura surda tem seus pilares na visualidade. Quando contrapomos essa postura com a percepção da surdez como uma patologia, como anormalidade, percebemos que existe um movimento de contradição: para o sujeito surdo viver pela visualidade, antes é preciso que ele seja desprovido da audição. Logo, está implicitamente significado pela falta.

Em consonância com o que expomos, Oliveira (2011) discorre sobre as perspectivas clínico-terapêutica que identifica o sujeito com surdez dando ênfase na falta de audição, atribuindo-lhe caráter de patologia; e a perspectiva sócioantropológica que entende o surdo como uma pessoa normal e a surdez como característica que é significativa em sua vida, bem como em seu desenvolvimento linguístico e cognitivo. Essa última abordagem está relacionada com a filosofia bilíngue.

A visão clínica da surdez traz à tona a ideologia oralista a qual sempre objetivou anular a possibilidade de o surdo viver pela visualidade, de se comunicar com as mãos e com o corpo, de ter identidades surdas. Segundo Perlin (2004), as identidades surdas não são homogêneas, existindo dentro da cultura surda uma gama de surdos que são possuidores de identidades distintas e complexas. O viés clínico reproduz, resgata da memória discursiva, os sentidos de pessoa com surdez e da língua de sinais como sendo inferiores ao ouvinte e à língua oral e que deve submeter-se à normalização. Assim, podemos afirmar que esses dizeres que apoiam a negação da especificidade do sujeito surdo fazem com que não exista equidade na relação entre surdos e ouvintes, sendo fortalecidos os sentidos pejorativos atribuídos às pessoas com surdez desde a Antiguidade em que eram vistos como amaldiçoados, tratados como animais, percebidos como dignos de piedade etc.

Esses discursos, ora de cunho clínico ora de cunho cultural, não são determinados pela linguagem por si só, pois nela não há transparência. Os sentidos são determinados ideologicamente. Segundo Orlandi (2013), os sentidos não são independentes, mas resultam de determinações ideológicas no processo sócio-histórico em que os discursos são produzidos. Nesse sentido, passamos a verificar os discursos do filme proposto à análise.

A cena inaugural do filme aqui focado apresenta Jonas em um hospital psiquiátrico. É essa cena que ressoa nas várias sinopses do filme encontradas na internet. Essa abertura enfatiza a compreensão da surdez como anormalidade e sinônimo de insanidade mental. Em contraste, temos o não pertencimento de Jonas àquele ambiente médico. No início do filme, ao ser apresentado o título, a câmera aproxima-se dos rostos de algumas crianças que dormem; em seguida, em uma cena mais expandida é apresentado o cenário, um dormitório e a entrada súbita e barulhenta de enfermeiras. Nesse momento, todos que dormiam despertam, exceto Jonas. Nessa cena podemos ter o entendimento de que a ausência da audição em Jonas faz com que ele seja entendido como desprovido de saúde mental, então é igualado às crianças com deficiência mental. Outro funcionamento de sentidos nessa abertura é a de que Jonas não pertence àquele ambiente. Isso é afirmado quando todos os meninos (com comprometimentos mentais) despertam e Jonas permanece dormindo, neste momento é evidenciada a verdadeira situação de Jonas: a surdez. Então, ele não pertence ao lugar em que está. Segue a apresentação do título do telefilme:



(...E O SEU NOME É JONAS, 1979, 00:00:15)

Do título do filme (...and your name is Jonah = ... e o seu nome é Jonas), destacamos o uso das reticências, que nos sugere o silenciamento de um enunciado, e o uso do pronome “seu”, que nos indica o narrador em terceira pessoa. Daí, propomos uma rede parafrástica a fim de dar visibilidade, de um lado ao que fora silenciado ou mesmo pressuposto pelas reticências e, de outro, à “voz” de Jonas materializada no uso de pronome meu.

... e o <b>seu</b> nome é Jonas
<b>Este garoto não ouve</b> e o <b>seu</b> nome é Jonas.
<b>Este garoto não responde ao comando da enfermeira</b> e o <b>seu</b> nome é Jonas.
<b>Este garoto está em um hospital psiquiátrico</b> e o <b>seu</b> nome é Jonas.

... e o <b>meu</b> nome é Jonas
<b>Eu sou surdo</b> e o <b>meu</b> nome é Jonas.
<b>Eu falo com as mãos</b> e o <b>meu</b> nome é Jonas.
<b>Eu penso</b> e o <b>meu</b> nome é Jonas.

No primeiro conjunto de enunciados, a ausência da audição determina a incapacidade de raciocínio de Jonas, uma vez que esses enunciados materializam um discurso segundo o qual tudo que escapa aos padrões de ser humano (auditivo e oralizado) é anormalizado. É desconsiderado o fato de o surdo expressar-se de outro modo que não seja a convencional normal, ou seja, através da língua oral. Nesse discurso, a ausência da língua oral – língua que determina a humanidade – torna o sujeito surdo desprovido de racionalidade. Então, se Jonas é surdo, ele não fala e não pensa.

Se por um lado as reticências apontam para um pré-construído, um já-lá que é dado como conhecido por todos, por outro a formulação seguinte (“e seu nome é Jonas”) aponta para a injunção à identificação e à nomeação.

Observamos que o enunciado do filme aparece justamente quando acontece a apresentação dos pacientes no cenário do hospital. Esse pode ser indício de que as reticências podem significar a apresentação do menino como um doente, no ambiente médico, em seguida a exibição de seu nome, sua identificação. Diante dessa possibilidade, afirmamos que a cena inicial do filme tem grande relevância em todo o decorrer da trama, pois marca todo o filme, uma vez que o sentido de surdo como anormal aparece em confronto com sentidos de surdo como normal em grande parte dos discursos.

Outra abordagem possível é a da nomeação com a questão existencial. Uma das funções da nomeação é justamente permitir a existência do que é nomeado. A esse respeito temos, por exemplo, a narrativa bíblica da criação: nada existia até que Deus “disse”, “nomeasse”. A palavra como ato de linguagem criador.

Relembremos ainda que o nome Jonas tem história. Referimo-nos ao Jonas da Bíblia. Ele esteve em um lugar em que não deveria estar, um lugar ao qual não pertencia (a embarcação). Jonas não quis “ouvir” a voz do Senhor. O Jonas do filme não pode ouvir a voz dos que o chamam. O Jonas da Bíblia, diante da tormenta dos marinheiros vai dormir. O Jonas do filme dorme em meio à tormenta de sua vida. O Jonas da Bíblia é acordado para tomar conhecimento e posição diante da tormenta. O Jonas do filme é acordado pelas enfermeiras. O Jonas da Bíblia está no lugar errado por sua vontade. Ele ouviu e se fez de “surdo”. O Jonas do filme está no lugar errado contra a sua vontade. Ele é surdo, mas quer ser ouvido. Ele precisa dizer, sinalizar, para garantir uma existência digna. Além disso, a teimosia (principal característica negativa) de Jonas da Bíblia se converte na resistência (característica positiva) do Jonas do filme.

À medida que Jonas passa a ser “ouvido”, no momento em que ele sinaliza, que ele toma a palavra, e as pessoas passam a dar atenção e a atribuir sentidos para o que ele

diz/sinaliza, outros sentidos sobre a surdez passam a circular no filme. São sentidos que põem o surdo não no lugar da anormalidade, mas sim da normalidade. Mas são sentidos resultantes da tensão entre normal e anormal.

Imaginemos, então, se o filme fosse a narrativa de Jonas sobre si... que sentidos de si e de surdez teríamos? Que relações de confronto teríamos? Estaria no lugar da dominância? Porque, no filme narrado em terceira pessoa, ele ocupa o lugar da resistência. Esses sentidos podem ser vislumbrados a partir do segundo conjunto de enunciado que montamos em nossa rede parafrástica (... e **meu** nome é Jonas).

Nesse segundo conjunto de formulações, o surdo exerce o papel político, declara que tem surdez, que ele fala com as mãos (sinaliza) e que pensa. Isso demonstra que existe uma ruptura dos padrões exigidos no primeiro conjunto de formulações: a existência do sujeito surdo é normalizada, ele tem humanidade, tem razão. A língua oral não é pré-requisito para sua classificação humana e racional.

Se pensarmos cuidadosamente sobre o título do filme (*...e o seu nome é Jonas*), notamos que está aí implícita a relação de poder da categoria ouvinte sobre os sujeitos surdos, porque é o outro ouvinte que significa Jonas, que diz algo sobre Jonas, o que marca a histórica subjugação dos surdos pelos ouvintes. A exemplo disso, Strobel (2009) relata que na Idade Antiga, em Roma, os surdos eram considerados pessoas castigadas ou enfeitçadas, por esse motivo eram lançadas no rio Tíber. Na Grécia, os surdos eram condenados à morte, eram lançados de rochedos. Quando os surdos sobreviviam nessas sociedades eram escravizados ou abandonados. A autora ainda expõe que existiam leis que proibiam os surdos de terem direito à voto e de receberem heranças. Todos os direitos dos surdos enquanto cidadãos eram negados pelos ouvintes. Nessa época, segundo a estudiosa, o filósofo Aristóteles acreditava que se um sujeito não fala, então ele é desprovido de linguagem, de pensamento e incapaz de ser dotado de razão.

Assim, o pronome possessivo “seu” no título do filme, indica-nos que a história é narrada em terceira pessoa: alguém conta a vida de Jonas. Mas, por quê? Por que alguém precisa nomear Jonas e significá-lo? Trata-se, justamente, do funcionamento de uma suposta incapacidade cognitiva e linguística que impediriam Jonas de, ele mesmo, se autoneamar e de se apresentar. O primeiro conjunto de enunciados que formulamos leva-nos à questão da enunciação do discurso sobre a surdez, em geral feita por ouvintes. Assim, o sentido atribuído ao surdo é o mesmo já dito na Idade Antiga: o surdo é desprovido de raciocínio. Ainda que não seja explícito no título do filme os sentidos de

surdo inferiorizado por não se comunicar pela oralidade, temos sentidos silenciados que indicam a hierarquização entre ouvintes e surdos. Para Orlandi (2007), a significação não se restringe às palavras, mas existe um fluido movimento de sentidos no silêncio. Em detrimento do título original, o enunciado “... e o meu nome é Jonas” foi velado. Diante do silêncio constitutivo, o surdo é posto na posição-sujeito de um ser sem identidade, ele é alocado no espaço de submissão. Identificamos a reprodução dos movimentos hierárquicos em que o ouvinte é intitulado como superior, que raciocina, organiza, produz ideias pelo o sujeito surdo, pois acredita que ele não é capaz de o fazer. O primeiro conjunto de enunciados inscreve-se, pois, numa FD em que surdo significa incapaz. Incapaz de pensar, incapaz de significar, incapaz de falar.

Acerca da proposição que apresentamos sobre a tensão entre sentidos do pronome possessivo seu/meu, percebe-se a possibilidade de dois tipos de oposição: por um lado a questão do pré-construído que sustenta o dizer “seu nome é Jonas”; por outro a questão do empoderamento surdo no confronto “seu” e “meu”. Para Orlandi (2013, p. 82) “[...] há sempre no dizer um não-dizer necessário. Quando se diz “x”, o não-dito “y” permanece como uma relação de sentido que informa o dizer de “x”. Isto é, uma formação discursiva pressupõe uma outra [...]”. Nessa perspectiva, refletimos sobre o possível enunciado silenciado: O que poderíamos esperar se o filme fosse narrado em primeira pessoa? Isto é, se a história de Jonas fosse contada a partir de suas percepções sobre sua vida. Assemelhar-se-ia ao filme “Sou surda e não sabia”<sup>8</sup>, pois trata do surdo contando sua própria história? É como se disséssemos “e se” Jonas contasse-nos sua história de vida, o que ele diria? Que filme teríamos? Esse “e se...” abre espaço para o funcionamento da polissemia, isto é, para sentidos outros que foram silenciados.

Diante do que expomos sobre o título do filme, elucidamos que o direito à “voz” do surdo na sociedade é negado. Há uma inferiorização desse grupo minoritário. A esse respeito, segundo uma discussão promovida por Orlandi (2014), entende-se que a determinação de uma minoria não está baseada em números de integrantes, mas na sua representatividade na sociedade, na participação política etc: “Contemporaneamente o conceito de minoria supera as questões numéricas e se constitui a partir de demandas diferenciadas, com características culturais e contra-hegemônicas” (MATTOS, 2008, p.5 apud ORLANDI, 2014, p.30).

---

<sup>8</sup> Filme francês sobre a vida de uma surda, Sandrine Hermanse, narrada por ela mesma.

Diante disso, percebemos o trabalho da ideologia na determinação do lugar de privilégio na sociedade, sendo o lugar de menos prestígio relegado às minorias, ou seja, àqueles que não estão no poder e não usufruem das mesmas prerrogativas sociais dos que são considerados “maioria”, uma vez que ela [maioria] narra a história das minorias e ditam os seus “direitos”.

No título do telefilme percebemos que Jonas, representante de uma minoria, é privado de ter “voz”. A maioria, os ouvintes, a partir da posição discursiva filiada, fala por ele. Isso reflete o funcionamento da relação de poder na sociedade: a minoria surda está sempre aquém dos seus direitos. Assim, se faz necessário a mobilização dos integrantes dos grupos minoritários em busca de seus direitos, vislumbrando a democracia. Mattos (2008, p.5 apud ORLANDI, 2014, p.30) afirma que “[...] para uma democracia é preciso garantir as liberdades locais. Impedir, assim, “o movimento sufocante da vontade das maiorias sobre as minorias”. Durante quase todo o enredo do filme percebemos essa relação de poder existente entre a considerada minoria surda e a maioria ouvinte.

Mas, há divisão de sentidos, que podem sempre ser outros. A língua é *relativamente* autônoma e é sujeita à falha. Os sentidos escapam ao domínio dos sujeitos que o enunciam. Há confronto de posições: os efeitos de sentidos desembocam para surdo como irracional, inferiorizado (FD1 – primeiro conjunto de enunciados), ora para sentidos de surdo racional e autossuficiente (FD2 – segundo conjunto de enunciados).

Na cena da discussão entre Danny e Jenny, pais de Jonas, o atrito gira em torno de uma festa de aniversário organizada para Jonas, Danny acha a festa insignificante para o filho, enquanto Jenny tem um posicionamento oposto. Algumas formulações do pai durante a discussão foram: “Jonas não sabe se comportar em uma festa”; “Ele não é normal”; “É: não pode ouvir, não pode falar e não pode pensar. Não pode viver como um ser humano normal! O lugar dele é naquele maldito hospital!”; “Ele não é normal. Enfrente isso”. O dizer da mãe: “Ele é normal sim, só não pode ouvir!” (... E O SEU NOME É JONAS, 1979, 00:44:09 – 00:45:10).

O discurso de Danny demonstra a soberania do ouvinte sobre o surdo, posto em um espaço de anormalidade por não se adequar aos padrões ouvintes. Na formação discursiva a que Danny está filiado, FD1, o sujeito surdo é significado como um ser sem sentimentos, que não necessita de festividades para comemorar sua existência. Os sentidos revelados são de que os surdos são doentes mentais, são selvagens, não podem ter contato com os ouvintes. Já o discurso da mãe está inserido na FD2. Ela não percebe

a surdez como patologia e não vê Jonas como uma criança que deve ser privada de uma vida normal, ela afirma a normalidade para a posição sujeito de Jonas, quando ela esclarece que o filho “[...] só não pode ouvir” (... E O SEU NOME É JONAS, 1979, 00:45:00), isso significa que todas as outras coisas são possíveis, inclusive falar e pensar. Nesse sentido, conforme a formação discursiva a que Jenny se filia o surdo é racional e tem a possibilidade de viver de modo peculiar sem a audição.

Afirmamos, assim, que no filme há uma tensão, uma disputa entre os sentidos de surdo. De um lado, a FD1 demonstra Jonas animalizado, como aquele que não sabe se comportar como um “humano normal”, que precisa ser civilizado/adestrado. Nesse ponto de vista Jonas ocupa uma posição de selvagem, que não pode conviver em meio social. Não tem uma língua. Atribui-se, então, sentidos pejorativos e sentidos de patologia e fragilidade a Jonas. De outro, em disputa com a FD1, temos a FD2, que afirma a singularidade de Jonas e que a surdez não o desumaniza. O modo peculiar de comunicação do surdo é considerado humano e natural.

A imagem a seguir faz parte da cena em que Jonas está aprendendo andar de bicicleta quando inesperadamente colide com um carro que vinha em sua retaguarda. Várias pessoas correm para ajudar o menino, com o tumulto, falam para Danny: Formulação 1: *“Como é que deixam um garoto como esse andar no meio da rua?”*; Formulação 2: *“A culpa não é dele. A culpa é sua. “Não se deixa um garoto assim andar pelas ruas.”* (... E O SEU NOME É JONAS, 1979, 00:43:13 – 00:43:30).



(...E O SEU NOME É JONAS, 1979, 00:42:48)

Nessa cena, aparentemente, as pessoas se mostram preocupadas com a integridade da criança, denotando fragilidade ao menino. No entanto, os discursos revelam que o sujeito surdo encontra-se inferiorizado, pois o fato de Jonas não falar oralmente o faz ser significado como incapaz de entender o que ocorre em sua volta. Na formulação 1, depreende-se que para o sujeito surdo é dado o sentido de incapacidade, falta de raciocínio, por conta disso não pode andar no meio da rua. Na formulação 2, a culpa do incidente é atribuída a Danny, ou seja, Jonas não fala oralmente, não tem uma língua, não ouve e não pensa; portanto ele não pode ter culpa de seus atos. Na cena em questão existe uma relação de poder em que o ouvinte sempre responde pelo surdo, porque ele não tem a capacidade de responder por si só. Em ambas formulações, o sentido de irracional é atribuído ao surdo, logo inscrevem-se na FD1.

Os mesmos sentidos da FD1 apresentada anteriormente são identificados quando Jonas vai com seu pai jogar beisebol. Durante a partida malsucedida, o amigo de Danny formula os seguintes enunciados: *“Ele vai se machucar”*, *“Deixa o garoto em casa e depois volta”* (...E O SEU NOME É JONAS, 1979, 00:26:01 – 00:26:20). Essas formulações, assim como as mostradas anteriormente, materializam sentidos de surdez como doença que torna a pessoa incapaz de interagir com o mundo. O que se pode verificar nesse acontecimento é que o surdo é fragilizado, deve manter-se dentro de casa para que não lhe ocorram desgrças. Pode-se assimilar a equivalência de sentidos das ocorrências do incidente com a bicicleta e da partida de beisebol, em ambas o surdo não deve sair de casa, deve ficar isolado.



(...E O SEU NOME É JONAS, 1979, 00:25:40)

Nessa mesma cena, o amigo de Danny pede para que ele substitua Jonas por Antônio, seu irmão (criança ouvinte aparentemente mais jovem que Jonas). Nesse sentido, o fato de Jonas não ouvir seria o motivo para a proibição de jogar e não a preocupação por ser pequeno ou coisa semelhante, pois Antônio aparenta ser menor que Jonas, mas é colocado numa posição de superioridade pela ideologia oralista por ser ouvinte.

A partir do nosso gesto analítico é possível afirmar que a surdez, na sociedade ouvinte, é percebida como marca de disparidade, pois o surdo não compartilha das mesmas experiências auditivas da maioria social. Os surdos são prejudgados como incapazes de participar dos mesmos espaços que os ouvintes ocupam.

O discurso de ordem clínica sustenta a ideologia oralista, uma vez que aponta a língua de sinais como barreira para o desenvolvimento cognitivo de Jonas. Neste sentido, a língua de sinais é significada como uma simples forma de linguagem, silenciando o caráter cultural, político e identitário desta modalidade linguística. Nessa perspectiva a única língua válida, que caracteriza o ser humano enquanto sujeito possuidor de identidade e de cultura é a língua oral. Portanto, a língua de sinais é reduzida a um modo de comunicação anormal, pois se distancia do padrão criado pela sociedade.

Os discursos clínico-terapêuticos no filme são paráfrases do já dito em acontecimentos históricos quando a língua oral é sobreposta à língua de sinais a exemplo

do que aconteceu no já citado Congresso de Milão em 1880. Nesse evento, os surdos perdem seu direito linguístico pela obrigatoriedade da língua oral no ensino dos surdos. Goldfeld (2002) afirma que os educadores de surdos acreditavam que os surdos poderiam se desenvolver aprendendo a língua oral, como os ouvintes. No filme, o sentido de surdez como anormalidade que precisa de reparo, desemboca no sufocamento político no que se refere à posição do sujeito surdo na sociedade. Esse é um dos sentidos posto em tensão com o sentido de surdez como diferença.



(...E O SEU NOME É JONAS, 1979, 00:19:07)

Enquanto materialidade visual, essa imagem marca a composição da cena em que Jenny tem uma conversa com Sra. Marquardt, que assume a posição de que a língua de sinais é um empecilho para o efetivo aprendizado do surdo. Sra. Marquardt informa à mãe de Jonas que não admite a utilização de sinais ou gestos, ela acredita que “se ele só usar sinais e não aprender a falar e a ler os lábios, quando crescer só poderá conversar com os surdos” (... E O SEU NOME É JONAS, 1979, 00:20:07). O discurso de Marquardt está inscrito na FD1, que tem sustentação na ideologia oralista e, como consequência desse posicionamento, a língua de sinais não é compreendida como uma possibilidade para educar o sujeito surdo. É possível também identificar que a oralidade é supervalorizada e a língua de sinais é banalizada. Na FD apresentada, a língua de sinais é percebida como a língua do outro, restrita, sendo compreendida como códigos inacessíveis. Nesse espaço de dizeres, a língua de sinais circunscreve-se à minoria dos surdos e os ouvintes não

podem ter acesso. Então, nessa perspectiva, torna-se mais plausível que ao sujeito surdo seja imposto à oralização, na tentativa de que sua comunicação não restrinja à comunidade surda. Esses sentidos estão no mesmo espaço de dizeres de já-ditos sobre a oralidade como elemento crucial para o estabelecimento de normalização do surdo, que é posto na posição sujeito patológico.

Diante do posicionamento de Marquardt, observamos que existe um apagamento da possibilidade de os ouvintes aprenderem a língua de sinais. Nesse sentido, a língua de sinais é assimilada como marca da surdez, que nessa FD é tida como uma patologia. A utilização de sinais estaria, assim, enfatizando a surdez no sujeito. Então, é mais plausível que os surdos aprendam a língua oral ao invés dos ouvintes serem “anormalizados” ao utilizarem recursos comunicacionais de pessoas surdas.

A majoritária sociedade ouvinte rejeita, silencia a diferença do outro. Marquardt, ao posicionar-se a favor da oralização para Jonas, faz ecoar o propósito da normalização: homogeneizar os sujeitos surdos e ouvintes, tornando uma sociedade “padronizada” e, na tentativa opressiva de silenciar o povo surdo, demonstra a intolerância à diversidade proveniente de relações de sujeitos com ideologias cujos efeitos de sentidos que apontam para a diferença do surdo como algo negativo. Segundo Skliar (1998), os problemas designados ao surdo, à surdez e à língua de sinais não estão relacionados diretamente a eles, mas às representações dominantes, hegemônicas e ouvintistas sobre a surdez. Então, pelo entendimento da ideologia dos ouvintistas e a forçada adequação da voz oral ao surdo, entende-se que é desencadeado um processo de apagamento da diferença do surdo. Para discutir acerca dos sentidos atribuídos aos surdos, expomos o que afirma Orlandi (2013), para quem

É pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes. Por exemplo, a palavra “terra” não significa do mesmo modo para um índio, para um agricultor sem terra e para um grande proprietário rural (ORLANDI, 2013, p. 44-45).

A autora esclarece o fato de as palavras não terem sentidos em si mesmas, mas de derivá-los das FDs em que se inscrevem. A mesma palavra pode ter significações distintas. Partindo dessa ideia afirmamos que a palavra “surdo” não significa do mesmo modo para todos, pois como já foi explicado, as palavras vão significar conforme a FD

em que o sujeito se inscreve, assim entendemos que essa palavra não vai significar a mesma coisa para um militante do movimento surdo e para um ouvintista.

Em outro momento do filme a personagem Jenny dialoga novamente com a Sra. Marquardt. Desta vez a mãe de Jonas está disposta a submeter o garoto ao aprendizado da língua de sinais. Nesta cena é possível perceber o confronto entre a posição de Jenny, que defende a surdez visando a diferença, e a de Marquardt, que julga a surdez como uma doença que pode ser revertida quando o surdo aprende a falar. Vejamos a descrição da cena (... E O SEU NOME É JONAS, 1979, 01:22:47 – 01:25:02):

Sra. Marquardt está abrindo as persianas de sua sala, enquanto isso Jenny a aguarda sentada. De repente, a mãe de Jonas afirma: “Quero que Jonas aprenda linguagens<sup>9</sup> dos sinais. Eu quero aprender linguagem dos sinais” (... E O SEU NOME É JONAS, 1979, 01:22:57). Quando escuta o que Jenny disse, Marquardt vira-se e diz que aceitar aprender a sinalizar seria um fracasso. Então, a partir daí ambas começam a argumentar em favor das suas posições. Jenny esclarece que ela mesma é quem fracassou, pois sempre fingiu que Jonas não era surdo, acreditou que se Jonas aprendesse a falar e a ler lábios deixaria de ser surdo. Marquardt continua tentando convencer Jenny de que a surdez é reversível, porém a mãe de Jonas rebate e diz que o filho é surdo e que o ajudará a viver na surdez. Em seguida, dá às costas a mulher e segue em direção a porta. Nesse momento, a Sra. Marquardt adverte: “Sra. Corelli, escute. Eu não vou permitir que Jonas use sinais em nossas aulas” (... E O SEU NOME É JONAS, 1979, 01:24:27). Jenny a questiona: “Acha que é contagioso?” (... E O SEU NOME É JONAS, 1979, 01:24:35). Então, a senhora responde que amarrava as mãos dos alunos para não sinalizarem e reafirma que não admite o uso sinais. Jenny permanece defendendo a língua de sinais e retira-se da sala.

O que podemos observar é que existem duas formações discursivas que sustentam esses discursos: Na FD1, as formulações da Sra. Marquardt estão sustentadas pela ideologia oralista e significa a surdez como patologia que precisa ser reparada. Nessa FD, a surdez deixa de existir quando a pessoa surda exerce a fala oralmente como se a surdez fosse um estado passageiro. Com essa ideia de que a surdez é algo maléfico, a língua de sinais é compreendida como um vírus contagioso que deve ser prevenido. A Sra.

---

<sup>9</sup> Embora em português ouçamos linguagens dos sinais, é preciso lembrar que, em inglês, o termo “language” designa tanto linguagem como língua. Assim, o surgimento do termo “linguagem” na tradução pode ser uma posição dos tradutores e não necessariamente do filme.

Marquardt acredita que a aceitação da surdez significa um fracasso, nesse sentido não existe a consideração da cultura e identidade atrelada à língua de sinais. A FD2 está sustentada pela ideologia bilíngue. Jenny não percebe a surdez como uma doença e também não quer revertê-la, não se interessa pela imposição da oralidade. Pelo contrário, inclina-se para a imersão na língua de sinais e também para a possibilidade de aprender outra língua como L2. Ela entende que a audição não é a condição substancial da sobrevivência humana.

Nas duas FDs destacadas, percebemos a relação opositiva entre o oralismo e o bilinguismo, uma vez que a aceitação da surdez como parte da identidade do sujeito surdo fere os princípios oralistas que regem as sociedades desde os primórdios dos séculos. A diferença das minorias sempre foi significada como anomalia que deve excluir ou adequar aos padrões sociais, nesse caso o surdo teria de falar oralmente.

Sra. Marquardt adverte sobre a proibição da sinalização em suas aulas. Jenny retruca, questionando-a: “acha que é contagioso?” (... E O SEU NOME É JONAS, 1979, 01:24:35). Essa formulação de Jenny abarca sentidos que afirmam a genuinidade da língua visual-gestual para o sujeito surdo, no que tange ao conforto de comunicação, diferente da obrigação de oralizar. O surdo, e mesmo o ouvinte, tende a utilizar o corpo no período de aquisição da linguagem, bem como a apontação, expressão, gesticulação em geral. Disso, entende-se que na indagação de Jenny sobre o contágio da sinalização entre os surdos há uma afirmação silenciada: os surdos vão perceber a satisfação de Jonas por utilizar a língua de sinais de modo natural, cômodo, sem esforços. Então, participariam dessa mesma forma de comunicação. Brito (1986), em concordância com o que apresentamos, afirma que a utilização da língua de sinais é a forma mais eficaz para a efetiva comunicação e desenvolvimento dos surdos. Para o autor:

As línguas gestuais-visuais são as únicas modalidades de línguas que permite aos surdos desenvolver plenamente seu potencial linguístico (sic.) e, portanto, seu potencial cognitivo, oferecendo-lhes, por isso mesmo, possibilidade de libertação do real concreto e de socialização que não apresentaria defasagem em relação àquela dos ouvintes. É o meio mais eficiente de integração social do surdo (BRITO, 1986, p.21 apud SILVA, 2016, p.11).

Percebe-se que o sentido de “contágio” para Jenny é de multiplicação da língua de sinais, pois que é satisfatória para a efetiva comunicação dos surdos. No entanto, da posição ocupada por Sr. Marquardt, o sentido de “contágio” é entendido como algo patológico que se espalha prejudicando quem é afetado. Diante disso, podemos afirmar

que existe um duplo funcionamento de “contagioso”: língua de sinais como forma de comunicação cômoda e genuína dos surdos que deve ser compartilhada; e língua de sinais como elemento integrante da surdez, sendo esta uma patologia cujo contágio se deve evitar. Novamente, diante do fato apresentado, retomamos o que afirma Orlandi (2013) concernente ao fato de as palavras não significarem por si só, mas que os sentidos são provenientes de FDs. Portanto, mais uma vez demonstramos a polissemia, a tensão entre FDs.

Em contraste com os posicionamentos oralistas já apresentados, o filme também abarca ideologias que delegam ao sujeito com surdez uma forma de identidade, de cultura. A surdez não é apresentada como patológica, mas representa um modo de viver pela visualidade. Nessa perspectiva, a língua de sinais não é vista como uma barreira no processo do desenvolvimento cognitivo, mas é o meio pelo qual Jonas consegue interagir com sua mãe e com os demais. Para Strobel (2008) a língua de sinais é uma das principais marcas da cultura surda. Com a utilização da língua visual, Jonas, em contato com a cultura surda, constitui sua identidade surda.

Ao se encontrar com dois surdos, Jenny é convidada para ir ao Clube dos surdos. Ela aceita o convite. Quando chega ao lugar percebe que todos sinalizam, conversam em sinais, se divertem. Nessa cena é perceptível a valorização da língua de sinais, não há restrições em ser surdo na comunidade surda; a surdez é marca de orgulho. Entende-se a língua de sinais como equivalente à língua oral, no sentido de que são naturais e complexas, logo o surdo é significado com ser racional. Na imagem a seguir, no clube, um surdo ensina sinais para Jenny:



(...E O SEU NOME É JONAS, 1979, 01:20:17)

Decidida a inserir Jonas na comunidade surda, Jenny permite que o garoto aprenda sinais. Mais uma vez marca-se o funcionamento de uma FD em que os sentidos de surdo não estão dissociados do de irracional; a língua de sinais é representada como forma de comunicação humana que possibilita a organização das ideias e expressão de sentimentos.



(...E O SEU NOME É JONAS, 1979, 01:26:29)

A cena final da obra fílmica mostra Jonas inserido em um ambiente em que todas as crianças usam a sua língua demonstrando que ele é capaz de dar sentido às sinalizações. Jonas apresenta-se para uma menina surda, dizendo: “*Meu nome é Jonas*” (... E O SEU NOME É JONAS, 1979, 01:34:03), reconhecendo-se enquanto possuidor de uma identidade e podendo falar por si, diferente do título atribuído ao filme. Segue a imagem de Jonas se identificando com sinais:



(...E O SEU NOME É JONAS, 1979, 01:34:05)

Algo que chama a atenção é que após a sinalização de seu nome, o menino oraliza o que falou em sinais. Esse fato nos direciona para duas matrizes de sentidos diferentes sobre a língua de sinais: de um lado o sentido de língua de sinais equivalente à língua oral, pois ao sinalizar é evidente a fluidez de comunicação, em seguida, Jonas oraliza demonstrando que é detentor de duas línguas, ou seja, é bilíngue. O menino possuidor da língua sinalizada e da língua oral poderia apenas falar oralmente seu nome. No entanto, em um gesto de resistência, ele também sinaliza. Nesse sentido, declara a posição de sujeito surdo que se apropria dos artefatos da cultura surda. De outro lado, o sentido de língua inferior à oral, pois ao finalizar o drama a última fala que prevalece é a oral, nesse sentido é como se a oralidade devesse marcar a posição de sobreposta à língua de sinais. Se a proposta do filme era a reprovação da imposição da língua do outro para o surdo, por que não finalizar com a utilização da sinalização somente?

Para verificarmos essa última cena nos apoiamos no que afirma Orlandi (2013) “[...] o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas

em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI, 2013, p.42). Assim, podemos alegar que o ato de Jonas oralizar não significa somente a demonstração de que ele aprendeu seu nome na língua oral, mas revela sentidos que estão inscritos em formações discursivas oralistas recorrentes em maior parte do enredo. Diante disso, a fala oralizada de Jonas resulta na posição-sujeito de inferioridade, sufocando-o linguística e politicamente, ou seja, identifica-se o efeito de sentido da hierarquização entre surdos e ouvintes.

Constata-se que em todo desenrolar do drama houve confronto entre FDs. Segundo Orlandi (2013), os discursos não são inaugurados pelos sujeitos, mas são retomadas de sentidos que envolvem os esquecimentos ideológicos causando a ilusão de que somos a origem do que dizemos, quando na verdade parafraseamos o já dito. Identificamos paráfrases de discursos, em movimento de tensão, que circulam sentidos de surdo como irracional e sentidos de surdo como racional e normal e a língua de sinais como instrumento político e identitário.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa objetivou compreender como se dá a constituição dos sentidos de surdo, surdez e língua de sinais no telefilme *...e o seu nome é Jonas*, entendendo que os sentidos são derivados de formações ideológicas no processo discursivo. Além disso, propomos, com esse trabalho, investigar a relação língua-discurso-ideologia no processo de constituição dos sentidos, o que nos possibilitou a compreensão da filiação dos discursos implicados na rede de sentidos sobre surdez e língua de sinais.

A priori, pensou-se que no telefilme como uma materialidade discursiva com grande ocorrência de efeitos de sentidos de elevação do sujeito surdo e da língua de sinais, ou seja, ponderou-se a possibilidade de circulação de sentidos de normalidade em maior ocorrência por se tratar de uma produção que tem a surdez como tema central. No entanto, pela prática analítica da AD entendemos que as posições-sujeitos que foram mobilizadas sobre surdo, surdez e língua de sinais estão em constante tensão: ora os discursos do filme mobilizam sentidos de surdo como anormal, ora o surdo e a língua de sinais são compreendidos pela diferença, rede de sentidos em que a surdez é normalizada.

Ao término da análise podemos afirmar que nosso gesto analítico sobre o telefilme nos permitiu melhor compreender que a formação discursiva não é homogênea, antes mantém relação de alianças e confrontos com outras formações discursivas, o que significa dizer que há sempre divisão de sentidos e que o sentido está sempre “em relação a” e que, conforme aponta Orlandi (2013), quando se diz “x”, deixa de dizer “y”. Nessa perspectiva, os enunciados não materializados significam no silêncio, ou seja, há injunção à interpretação de sentidos outros que podem ser antagônicos. A autora também enfatiza a questão da não transparência da linguagem, demonstrando que as palavras não significam por si só, mas os sentidos são constituídos ideologicamente. Os discursos são estabelecidos pela repetição do já dito que operam na sustentação de paráfrases; e pelas possibilidades de derivação de sentidos (o sentido pode sempre ser outro), que caracterizam a polissemia.

Nos discursos materializados no corpus analisado categorizamos duas possíveis matrizes de sentidos conflituosos atribuídos à surdez, surdo e língua de sinais: uma que evidência as paráfrases de discursos inscritos em ideologias oralistas, exemplificado em cenas como aquela em que Jonas é submetido a procedimentos clínicos com o objetivo de ensiná-lo a falar para ser equiparado à maioria ouvinte. Nessa matriz de sentido, não

ouvir, não falar pela modalidade linguística oral-auditiva, é motivo para ser considerado irracional, anormal. Outra matriz de sentidos é a posição-sujeito de surdo como racional, a surdez como diferença cultural e a língua de sinais valorizada. Esses sentidos podem circular em discursos em que Jenny demonstra resistência ao defender o aprendizado da língua de sinais para seu filho, não significando a surdez como uma patologia que inibe a convivência social, mas a normaliza.

A pesquisa não teve por finalidade apresentar resultados inquestionáveis, uma vez que, através do dispositivo analítico da AD, buscamos evidenciar algumas das possibilidades de circulação de sentidos abarcados aos discursos materializados no filme, mostrando o funcionamento ideológico da linguagem.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- CAMPELLO, A. R., REZENDE P. L. F. **Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro**. Curitiba: Editora UFPR. Educar em Revista Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 71-92.
- CARELI, Sandra da Silva. **As representações no cinema a partir do entrecruzamento das categorias gênero surdez**. Fazendo gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010.
- DANTAS, Marcos Medeiros; OLIVEIRA, Fátima Inês Wolf de. **De protagonista a coadjuvante: a representação da surdez no cinema contemporâneo**. Andradina, SP. Revista InterAtividade, 2017.
- DAMATTA, Roberto. **Suplemento Cultural do Jornal da Embratel**. Ed. Especial, set. 1981.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Linguagem, ideologia e psicanálise. Estudos da Língua(gem). Vitória da Conquista, v.1, n. 1, p. 69-75, junho de 2005, p. 69-75.
- GEERTZ, Clifford. Parte I : Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. IN: A Interpretação das Culturas. LTC : RJ, 1989.
- GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa: Tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. SP, v.35, n. 3, p. 20-29, mai./jun.1995.
- GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 7ª ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.
- GRIGOLETTO, Evandra.. A noção de sujeito em Pêchux: uma reflexão acerca do movimento de desidentificação. Estudos da Língua(gem). Vitória da Conquista, v.1, n.1, p. 61-67, jun. 2005.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pósmodernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- KESSLER, Themis Maria. **A surdez que se faz ouvir: Sujeito, língua e sentido**. Santa Maria, 2008. Tese de doutorado do programa de pós- graduação em Letras- UFSM, RS, 2008.
- LIMA, Daisy Maria Collet de Araujo [et. al.]. **Educação infantil : saberes e práticas da inclusão : dificuldades de comunicação e sinalização : surdez**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006, 4ª ed.

MACHADO, Charline Fillipin; MONTEIRO, Marciele de Almeida. **Diferença cultural da surdez no filme Babel**. Trabalho de pesquisa -UFSM- Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2012.

OLIVEIRA, Liliane Assumpção. **Fundamentos Históricos Biológicos e Legais da Surdez**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2011.

OLIVEIRA, Marilza Maia dos Santos. **Discursos sobre o surdo e a surdez no cinema brasileiro: silenciamento(s) e circulação de sentido(s)**. TCC (Graduação) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa-Ba, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Estudos da Língua(gem)**. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. Vitória da Conquista, junho de 2005, p. 9-13.

\_\_\_\_\_. **A análise de discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil**. Campinas, (42): 21-40, jan/jun. 2002.

\_\_\_\_\_. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 11. ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2013.

\_\_\_\_\_. **As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as minorias?** In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Linguagem, sociedade, políticas*. Porto Alegre: Univás; Campinas: RG, 2014.

PIZZIO, Aline Lemos; REZENDE, Patrícia Luísa Ferreira; QUADROS, Ronice Muller de. **Língua Brasileira de Sinais IV**. Florianópolis, UFSC, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Organização de Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 24ª ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2002.

SILVA, Flaviane de Figueiredo. **Do silêncio social às telas do cinema: representação da surdez no filme Black**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Letras). Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências humanas e agrárias, 2016.

SKLIAR, Carlos. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. (rev.) Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

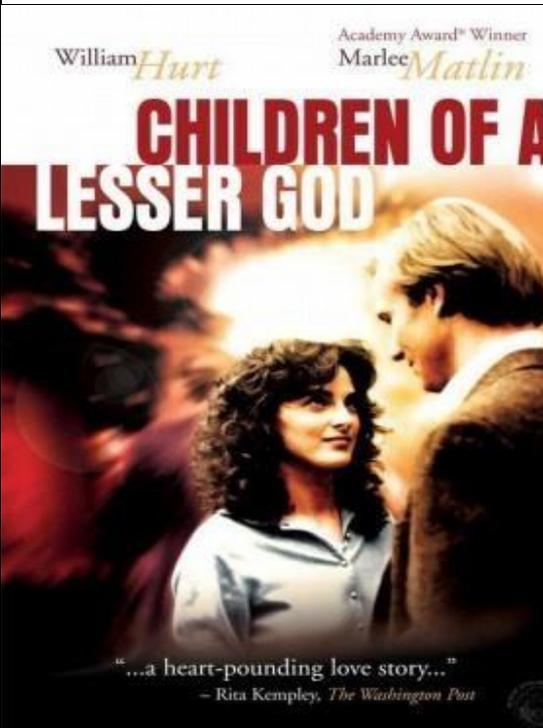
\_\_\_\_\_. **Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História**. Florianópolis, 2008. Tese de Doutorado em Educação -UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

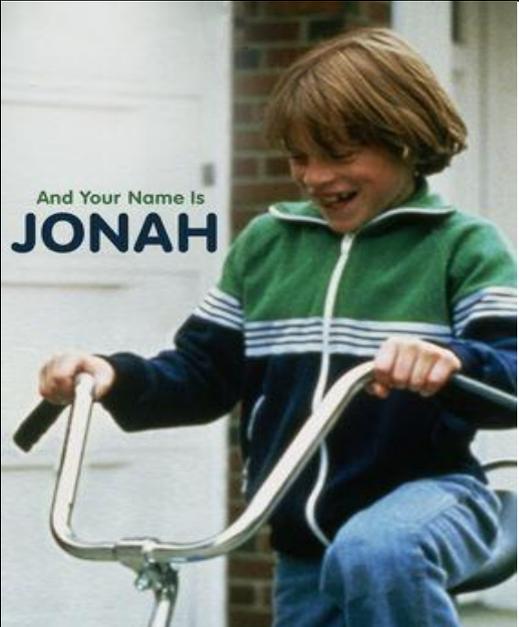
\_\_\_\_\_. **História da educação de surdos.** UFSC. Florianópolis, 2009.

THOMA, Adriana da Silva. **O cinema e a flutuação das representações surdas:** “Que drama se desenrola neste filme? Depende da perspectiva...” Porto Alegre, UFRGS. (Tese de Doutorado), 2002.

PORCOS, ELEFANTES E DONINHAS. **E seu nome é Jonas.** [S.l.: s.n.], set. 2016.  
Disponível em <<http://porcoselefantesdoninhas.blogspot.com.br/2016/11/e-seu-nome-e-jonas.html>>. Acesso em: 16 out. 2017.

**APÊNDICE: FILMES AMERICANOS SOBRE SURDEZ, SURDO E LÍNGUA DE SINAIS**

<b>OS FILHOS DO SILÊNCIO</b>	
	<p><b>Sinopse:</b> James Leeds é um professor de linguagem de sinais recém-contratado em uma escola para surdos, onde conhece a jovem misteriosa Sarah Norman, uma antiga aluna da escola. À medida que se aproxima para tentar ajudá-la, James se apaixona por ela.</p>
	<p><b>Ano:</b> 1986</p>
	<p><b>Direção:</b> Randa Haines</p>
	<p><b>Duração:</b> 1h 59m</p>
	<p><b>Disponível em:</b>  <a href="https://www.youtube.com/watch?v=Jnjlp4XYSeY">https://www.youtube.com/watch?v=Jnjlp4XYSeY</a></p>

<b>...E O SEU NOME É JONAS</b>	
	<p><b>Sinopse:</b> A dificuldade de comunicação, a falta de uma língua, os olhares estereotipados e o pouco conhecimento sobre a surdez começam a colocar novos desafios para Jonas e seus pais, que passam a enfrentar uma série de percalços.</p>
	<p><b>Ano:</b> 1979</p>
	<p><b>Direção:</b> Richard Michaels</p>
	<p><b>Duração:</b> 1h 34min</p>
	<p><b>Disponível em:</b>  <a href="https://www.youtube.com/watch?v=jPHIDcPxjx8">https://www.youtube.com/watch?v=jPHIDcPxjx8</a></p>

## BABEL



**Sinopse:** Uma trama que se desenvolve com quatro núcleos de histórias paralelas, em diferentes regiões do mundo, mas que estão ligadas por circunstâncias peculiares.

**Ano:** 2006

**Direção:** Alejandro González Iñárritu

**Duração:** 2h 23m

**Disponível em:**  
<https://www.netflix.com/watch/70045866?trackId=13752289&tctx=0%2C0%2Ccf7a6cbc-b5ee-4589-8c0d-26c469747ae5-20050703>

## A MORTE OUVE



**Sinopse:** A escritora Maddie Toung vive uma vida isolada desde que perdeu sua audição quando era adolescente, se colando em um mundo de total silêncio. Porém, quando um rosto mascarado de um assassino psicótico aparece em sua janela, Maddie precisa ir além dos seus limites físicos e mentais para conseguir sobreviver.

**Ano:** 2016

**Direção:** Mike Flanagan

**Duração:** 1h 27m

**Disponível em:**  
[https://www.youtube.com/watch?v=9dg9YnbV\\_Ps](https://www.youtube.com/watch?v=9dg9YnbV_Ps)

## A ÓRFÃ



**Sinopse:** Uma série de eventos alarmantes faz com que uma mulher acredite que algum mal esteja por trás do rosto angelical da filha de nove anos, recentemente adotada.

**Ano:** 2009

**Direção:** Jaume Collet-Serra

**Duração:** 2h 3m

**Disponível em:** <http://megafilmeshdplus.org/a-orfa/>

## A FORMA DA ÁGUA



**Sinopse:** Elisa é uma zeladora muda que trabalha em um laboratório onde um homem anfíbio está sendo mantido em cativeiro. Quando Elisa se apaixona com a criatura, ela elabora um plano para ajudá-lo a escapar com a ajuda de seu vizinho.

**Ano:** 2018

**Direção:** Guillermo del Toro

**Duração:** 2h 3m

**Disponível em:** <http://filmesonlinex.online/filme/assistir-a-forma-da-agua-filme-completo-online-dublado-hd/>

## NADA QUE EU OUÇA



**Sinopse:** Um homem (Jeff Daniels) quer recuperar a audição de seu filho (Noah Valencia) com cirurgia, mas sua esposa surda (Marlee Matlin) não concorda com o plano.

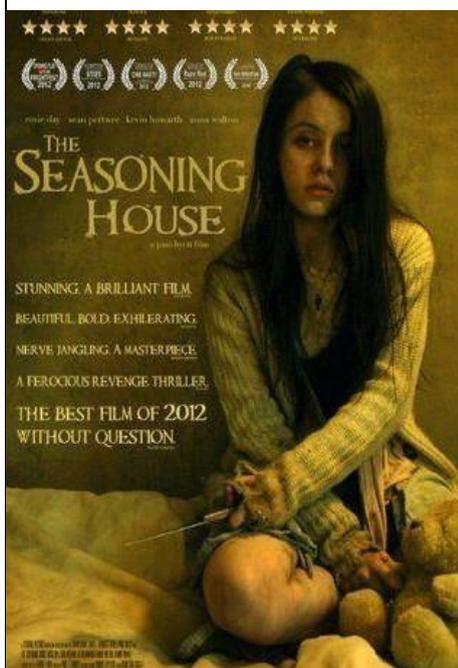
**Ano:** 2008

**Direção:** Joseph Sargent

**Duração:** 2h

**Disponível em:** <https://www.youtube.com/watch?v=EJt9NTNTlwQ>

## A CASA DE TOLERÂNCIA



**Sinopse:** Em 1996, nos Balcãs, a população de uma pequena cidade é assassinada por uma milícia comandada pelo desumano Goran. Ele rapta meninas para serem prostituídas em um bordel que pertence ao cruel Viktor. Angel, uma garota com deficiência auditiva que testemunhou a execução da própria mãe, tem uma marca de nascimento no rosto, e Viktor a escolhe para fazer os trabalhos domésticos. Angel tem de maquiar e drogar a meninas para os clientes; e limpá-las após os encontros brutais.

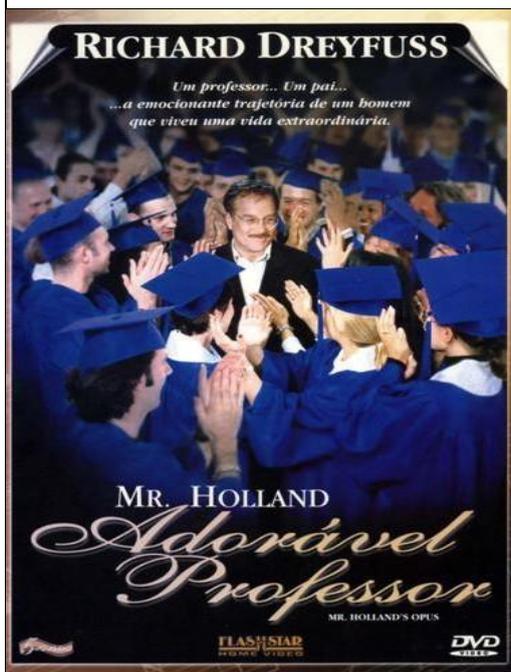
**Ano:** 2013

**Direção:** Paul Hyett

**Duração:** 1h 38m

**Disponível em:** <http://filmesonline.online/filmes-2012/4375-the-seasoning-house.html>

### MR. HOLLAND - ADORÁVEL PROFESSOR



**Sinopse:** Em 1964, o jovem compositor Glenn Holland decide dar aulas de música, enquanto economiza para dedicar todo seu tempo à composição de sua sinfonia. Os alunos estão longe das expectativas de Glenn.

**Ano:** 1995

**Direção:** Stephen Herek

**Duração:** 2h 23m

**Disponível em:**  
<https://www.youtube.com/watch?v=LW9uJ0sGRH8>

### O MILAGRE DE ANNE SULLIVAN



**Sinopse:** A incansável professora Anne Sullivan tenta fazer com que Helen Keller, uma garota cega, surda e muda, se adapte e entenda o mundo que a cerca. Para isso, entra em confronto com os pais da menina que, por piedade, a tratam de forma mimada.

**Ano:** 2000

**Direção:** Nadia Tass

**Duração:** 1h 35m

**Disponível em:**  
<https://www.youtube.com/watch?v=0t7wbMYd5-0>